

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Edital

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2022 - SEDUC

MODALIDADE	CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2021
DATA DE ABERTURA	31.01.2022
HORÁRIO	09h
OBJETO	Contratação de empresa de engenharia para Reforma e Ampliação do Anexo 2, Condomínio e Centralizada da Secretaria de Estado da Educação, no município de Goiânia-GO, conforme Projetos, Planilhas Orçamentária, Memorial Descritivo, e, Cronograma Físico-Financeiro, que integram este edital, independente de transcrição.
TIPO	Menor preço, regime de execução empreitada por preço global.
LOCAL	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, localizada na Quinta Avenida, Qd. 71, nº 212, Setor Leste Vila Nova, nesta Capital.
CONTATO	(62) 3220-9567/3220-9568/3220-9570; Email: licitacao@seduc.go.gov.br
PROCESSO N.º	2021.0000.606.3287
INTERESSADO	Superintendência de Infraestrutura

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2022

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, doravante denominada SEDUC, designada pela Portaria nº 2103/2021-SEDUC, de 15/06/2021, torna público aos interessados, que estará reunida às 09h do dia 31 de janeiro de 2022, na Sala de Reunião da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, localizada na Quinta Avenida, Qd. 71, nº 212, Setor Leste Vila Nova – nesta Capital, a fim de receber, abrir e examinar Documentação e Propostas de empresas que pretendam participar da Concorrência Pública nº 002/2022, em epígrafe, do tipo **Menor preço, regime de execução empreitada por preço global**, conforme processo nº: 2021.0000.606.3287, esclarecendo que a presente licitação será regida pelas normas estabelecidas neste Edital, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar nº 123, de 14 dezembro de 2006, com as alterações contidas na Lei Complementar nº 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Lei nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012, com base legal suplementar para o procedimento em andamento.

Na hipótese de não haver expediente na data acima, fica a presente licitação, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil subsequente àquele, na mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

1 - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa de engenharia para Reforma e Ampliação do Anexo 2, Condomínio e Centralizada da Secretaria de Estado da Educação, no município de Goiânia-GO, conforme Projetos, Planilhas Orçamentária, Memorial Descritivo, e, Cronograma Físico-Financeiro, que integram este edital, independente de transcrição.

1.2 O contrato vigorará pelo prazo necessário à execução do objeto, vinculado ao Cronograma Físico-Financeiro, de forma que se inicia com a Ordem de Serviço, sendo que a paralisação formal da obra, determinada pela CONTRATANTE, suspende o prazo de execução, bem como o prazo de vigência contratual, que voltará a correr, pelo seu saldo remanescente, quando da retomada da obra.

1.2.1 O contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

2 - DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1 Somente poderão participar da presente Concorrência, empresas especializadas no ramo, legalmente constituídas, que satisfaçam as condições estabelecidas neste edital.

2.2 A presente licitação ficará a cargo da Comissão Permanente de Licitação, a qual competirá:

2.2.1 Receber os envelopes documentação e propostas;

2.2.2 Examinar a documentação, habilitando ou não os participantes, de conformidade com as exigências do edital;

2.2.3 Proceder ao julgamento das propostas, observando os fatores do “Critério de Julgamento”, constantes do item 08 deste instrumento;

2.2.4 Lavrar ata circunstanciada a cada fase do procedimento licitatório, relatando os fatos e decisões que vierem a ser tomadas;

2.2.5 Informar os recursos que porventura forem apresentados contra os seus atos na presente licitação;

2.2.6 Submeter à apreciação superior as decisões proferidas pela Comissão;

2.2.7 Promover a divulgação dos seus atos pertinentes ao procedimento licitatório, através do quadro próprio de avisos da Comissão Permanente de Licitação, e por publicação no Diário Oficial do Estado – DOE, Jornal de Grande Circulação Regional, e, Diário Oficial da União – DOU, conforme o caso;

2.3 Poderão, a critério da Comissão, serem desconsiderados erros ou omissões irrelevantes que não resultem em prejuízos para o entendimento da proposta e para o seu julgamento, ou para o serviço público.

2.4 A Licitação contém os Anexos abaixo relacionados os quais fazem partes integrantes e inseparáveis deste edital para todos os efeitos legais:

- ANEXO I
- a) Projeto Básico;
 - b) Especificação dos serviços/custos estimados;
 - c) Memorial descritivo/especificações técnicas;
 - d) Planilha orçamentária;
 - e) Cronograma físico-financeiro;
 - f) Planilha com a composição de custos unitários e o detalhamento de encargos social e do BDI;
 - g) ARTs;
 - h) Projetos;

ANEXO II - Carta de Apresentação da Documentação (Modelo)

ANEXO III - Termos de Sujeição do Edital (Modelo)

ANEXO IV - Carta de Apresentação Proposta (Modelo)

ANEXO V - Declaração de Vistoria (Modelo)

ANEXO VI - Declaração de Parentesco (Modelo)

ANEXO VII - Declaração de Segurança e Saúde do Trabalho (Modelo)

ANEXO VIII - Declaração de Compromisso de Vinculação Futura do Profissional

ANEXO IX - Minuta Contratual

2.5 O Edital e toda a **documentação técnica**: planilhas e detalhes, **encontram-se disponíveis no site da SEDUC-GO, no endereço site.educacao.go.gov.br (Licitações/Concorrência Pública).**

2.6 Incumbirá ao Licitante providenciar seu acesso para **Assinatura Digital de Documentos e Processos (usuário externo) pelo site: sei.goias.gov.br**, pelos telefones (62) 3220-9567, (62) 3220-9568 e (62) 3220-9570, horário de atendimento das 8h às 12h e das 14h às 18h.

3 - DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Somente poderão participar da presente Concorrência Pública as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação requerida neste edital e ainda, que estiverem no seu ramo de atividade, inserido no contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, a faculdade para execução do serviço, constante dos Anexos deste edital.

3.1.1 Somente poderão participar da presente licitação empresas que comprovarem obter na data da licitação, capital social mínimo ou Patrimônio Líquido igual a 10% (dez por cento) do valor total estimado no certame, por meio de balanço integralizado do último exercício, atualizado e registrado na Junta Comercial. As sociedades recém constituídas poderão participar do certame apresentando o balanço contábil de abertura;

3.2 A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.3 Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de um licitante.

3.4 NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETA OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO:

3.4.1 Empresa em Recuperação Judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.4.1.1 As empresas em Recuperação Judicial que tiver a Certidão emitida pela instância judicial competente, que ateste que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatórios, nos termos da Lei Federal nº8.666/93 e de comprovação de acolhimento judicial do Plano de Recuperação, nos termos do art. 58 da Lei nº11.101/05, em caso de recuperação judicial; ou homologação judicial do Plano de Recuperação, no caso de recuperação extrajudicial, de forma a possibilitar a habilitação de maior número de empresas, NÃO SERÃO IMPEDIDAS DE PARTICIPAR.

3.4.2 Empresa que estiver suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com a Secretaria de Estado de Educação, pelo prazo de até 02 (dois) anos. Este veto ocorrerá em qualquer uma das fases desta licitação.

3.4.3 Empresa que for declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, circunstância que sujeitará o responsável, caso participe nesta condição, à pena prevista no art. 97, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93. Este veto ocorrerá em qualquer uma das fases desta licitação.

3.4.4 Pessoa física ou pessoa jurídica que tenham elaborado o projeto básico ou de execução, ou seja, empresa que, isoladamente ou em consórcio, seja responsável pela elaboração do projeto ou da qual o autor do projeto seja sócio, dirigente ou responsável técnico, ou integrante da equipe técnica, conforme disposto no artigo 9º inciso I da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4.5 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado, conforme artigo 9º, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4.6 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.4.7 Empresa que esteja suspensa de licitar junto ao CADFOR - Cadastro de Fornecedor da SUPRILOG - Superintendência de Suprimentos e Logística da Secretaria de Administração – SEAD.

3.4.8 Empresa que esteja reunida em consórcio ou grupo de empresa.

3.4.9 Empresa que não atenda as exigências deste Edital.

3.4.10 Empresas que incorrerem nas penalidades previstas no art. 87, incisos III e IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

3.4.11 Empresas que tendo construído obras ou prestado serviços para a Secretaria de Educação, não demonstrem situação regular para com a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

3.5 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de uma firma na presente licitação. Caso ocorra, serão as respectivas licitantes inabilitadas.

3.6 É facultado a licitante a presença do diretor, sócio ou representante legal na sessão de abertura da presente Concorrência Pública não excluindo, porém, a exigência de apresentação do documento constante dos subitens 5.7.1 e/ou 5.7.2 do item 05 - Da Documentação, deste edital.

3.7 Somente terá o direito de usar a palavra, rubricar a documentação e propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, o representante legal da empresa, comprovadamente constituído.

3.8 Quando da participação de empresa filial em nome próprio, somente será aceita se expressamente autorizada pela matriz, salvo por determinação estatutária, que também deverá ser comprovada. Neste caso, toda documentação exigida constante do item 05 - Da Documentação, deste edital, deverá ser referente à filial (exceto as certidões que por lei são emitidas apenas para a matriz).

3.9 No caso de participação da empresa matriz, toda documentação exigida será a ela relativa, não sendo aceito nenhum documento referente à filial.

3.10 Encerrada a fase de habilitação, se todas as licitantes desistirem expressamente do direito de recorrer das decisões a ela pertinentes, após assinar o Termo de Renúncia, os envelopes contendo as propostas das licitantes serão abertos e anunciados os valores das mesmas, devolvendo-se lacrados os envelopes das licitantes inabilitadas, procedendo-se registro em Ata.

3.11 As licitantes interessadas deverão apresentar no dia, horário e local de abertura desta licitação, mencionados no preâmbulo do edital, à Comissão de Licitação, a documentação e propostas exigidas neste instrumento, em invólucros separados e lacrados, sendo o primeiro com o subtítulo "DOCUMENTAÇÃO" e o outro com o subtítulo "PROPOSTA", contendo em suas partes externas além da razão social da empresa licitante, a indicação com os seguintes dizeres: "SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2022"

3.12 A Comissão de Licitação não se responsabilizará por propostas e/ou documentos que não forem entregues diretamente à mesma no horário e data estabelecidos neste instrumento.

3.13 Após a hora e data estabelecidas neste Instrumento Convocatório, nenhum documento ou proposta será recebido pela Comissão.

3.14 Não serão aceitas documentações e propostas via fax, protocolo e/ou similares, e somente serão recebidos os mesmos se forem entregues em envelopes devidamente lacrados.

4 - DAS INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

4.1 As informações e esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus anexos, poderão ser solicitados pelo e-mail: licitacao@seduc.go.gov.br ou por expediente protocolado, dirigido à Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada à Quinta Avenida, Qd. 71, nº 212, Setor Leste Vila Nova – nesta Capital, em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

4.2 O edital poderá ser impugnado, por qualquer cidadão, em até **05 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública.

4.3 Decairá do direito de impugnar, perante a administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, os termos deste edital de licitação aquele que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar, depois da abertura dos trabalhos licitatórios, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.4 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, se for o caso. Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, nos termos do §4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93.

4.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, se for o caso.

4.6 Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.7 Os esclarecimentos prestados às empresas licitantes, bem como eventuais alterações no edital, estarão disponíveis no site site.seduc.go.gov.br (Licitações/Concorrência Pública), não podendo as licitantes, em qualquer hipótese, alegarem desconhecimento dos mesmos.

5 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2022 ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO

5.1 A "Documentação" deverá ser apresentada em um único invólucro, devidamente lacrado, contendo os dizeres mencionados no subitem 3.11 do item 03 deste edital, e conterá, obrigatoriamente, uma via dos documentos abaixo relacionados:

5.2 RELATIVAMENTE À REGULARIDADE JURÍDICA:

5.2.1 Cópia da cédula de identidade e CPF do representante legal da empresa licitante.

5.2.2 Procuração pública ou particular, com cópia da cédula de identidade e CPF do procurador, outorgando ao seu representante poder para responder por ele e tomar as decisões que julgar necessárias, durante o procedimento da habilitação e abertura das propostas, inclusive poderes para recorrer e renunciar a interposição de recursos administrativos. É necessário o reconhecimento de firma da pessoa jurídica no caso de instrumento particular. A falta do documento previsto neste item não inabilita a licitante, ficando, porém, impedido o representante não credenciado de qualquer interferência no processo licitatório.

5.2.3 Registro comercial, no caso de empresa individual;

5.2.4 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

5.2.5 Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

5.2.6 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.

5.3 RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ do Ministério da Fazenda.
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal por meio de Certidão Conjunta emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa à Dívida Ativa da União e aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, por meio de Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiro, expedida pelo Ministério da Fazenda – Secretaria da Receita Federal do Brasil.

OBS: As comprovações pertinentes aos itens “c” e “d” serão alcançadas por meio de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados.

- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, por meio de Certidão Negativa de Débito em Dívida Ativa expedida pela Secretaria de Estado da Economia ou equivalente da Unidade da Federação **onde a Licitante tem sua sede**.
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do **Estado de Goiás**, por meio de Certidão de Débito Inscrito em Dívida Ativa – Negativa expedida pela Secretaria de Estado da Economia;
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (**Tributos Mobiliários**), por meio de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças do Município ou equivalente onde a Licitante tem sua sede.
- h) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, por meio do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.
- i) Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.
- j) Caso a participação no certame seja da matriz, com possibilidade de que a execução do objeto licitado seja por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal e trabalhista deverá ser de ambas.

5.3.1. Será admitida a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista mediante a apresentação de certidão positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei.

5.3.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.3.2.1. Para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, ou quando houver alteração contratual que altere os dados da empresa, tais como: endereço, categoria, quadro societário, objeto comercial e capital, os licitantes deverão apresentar Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado onde for a sede da Licitante, dentro dos últimos 06 (seis) meses, constando no referido documento a sigla ME ou EPP.

5.3.3 Se a documentação enviada nos termos do subitem anterior for proveniente de microempresa ou de empresa de pequeno porte e apresentar alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

5.3.3.1.A Declaração do vencedor de que trata o subitem anterior acontecerá no momento posterior ao julgamento das propostas, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

5.3.3.2. A não-regularização da documentação, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.4 RELATIVAMENTE À REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA:

5.4.1 Certidão emitida pelo CARTÓRIO DISTRIBUIDOR CÍVEL, da sede ou domicílio do licitante ou via internet se houver, que comprove inexistir distribuição de ações de falência e recuperação judicial, em quaisquer dos cartórios dos feitos de falência da Comarca de sua sede, **com data não anterior a 60 (sessenta) dias da data da entrega dos envelopes documentação e proposta**

5.4.1.1. Em se tratando de empresa em Recuperação Judicial, deverá apresentar a Certidão emitida pela instância judicial competente, que ateste que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatórios, nos termos da Lei Federal nº8.666/93 e de comprovação de acolhimento judicial do Plano de Recuperação, nos termos do art. 58 da Lei nº11.101/05, em caso de recuperação judicial; ou homologação judicial do Plano de Recuperação, no caso de recuperação extrajudicial.

5.4.2 Balanço Patrimonial e demonstração contábil do último **exercício social**, já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. O referido balanço deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito, bem como cópia do Termo de abertura e encerramento, com a numeração do registro na JUNTA COMERCIAL, exceto para empresa de engenharias criadas **neste exercício**, que deverá apresentar balanço de abertura para suprir a exigência deste item;

5.4.2.1 A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será comprovada com base no balanço apresentado, e deverá, preferencialmente, **ser formulada e apresentada em papel timbrado da empresa de engenharia**, assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade e pelo diretor, sócio ou representante da empresa, com poderes para tal investidura, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:

- $ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP) \geq 1$
- $ILC = (AC) / (PC) \geq 1$
- $ISG = AT/(PC+ELP) \geq 1$

Onde:

ILG = índice de liquidez geral

ILC = índice de liquidez corrente

ISG = índice de solvência geral

AT = ativo total
AC = ativo circulante
RLP = realizável a longo prazo
PC = passivo circulante
ELP = exigível a longo prazo
PL = patrimônio líquido

5.5 RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

5.5.1 Registro ou inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA e/ou CAU.

5.5.1.1. No caso da empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA e/ou CAU do **Estado de Goiás**, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

5.5.2. A licitante deverá comprovar, **possuir em seu quadro permanente**, na data prevista para entrega da proposta, **no mínimo 01 (um) engenheiro civil ou arquiteto**, com experiência comprovada, ou outro devidamente reconhecido(s) pela entidade profissional competente, que seja(m) detentor (es) de atestado(s) de responsabilidades técnicas – ART junto ao CREA e/ou CAU por execução de obras/serviços de características semelhantes ao solicitado neste edital, limitados as parcelas de maior relevância, conforme Anexo I – Projeto Básico.

5.5.3 **Comprovação da capacitação técnico-profissional:** Apresentar um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, **em nome do profissional responsável técnico** pela empresa proponente, devidamente acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido por qualquer uma das regiões do CREA e/ou CAU, comprovando a execução, pelo profissional indicado, de serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores às parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo, conforme Anexo I – Projeto Básico.

5.5.4 A comprovação de acervo técnico poderá ser feita por meio de um ou mais atestados.

5.5.4.1 Para facilitar a análise da Comissão de Licitação, é recomendável que o licitante destaque, nas referidas certidões, os serviços cuja experiência se pretende comprovar e o seu respectivo quantitativo

5.5.5 **Deverá (ão) ser apresentado (s), obrigatoriamente, comprovante (s) de vínculo (s) entre o (s) profissional (is) e a empresa licitante; essa comprovação deverá (ão) ser feita (s) através de:**

5.5.5.1 Relação (ões) empregatícia (s), por Carteira (s) de Trabalho (s) e Previdência Social – CTPS (das seguintes anotações: identificação do seu portador, e, da página relativa ao contrato de trabalho) ou livro (s) de Registro (s) de Empregado (s) autenticado (s) pela Delegacia Regional do Trabalho, ou;

5.5.5.2 Contrato (s) de prestação (es) de serviço (s) de Profissional (is) autônomo (s), que esteja registrado (s) no CREA e/ou CAU, com atribuição (es) compatível(is) ao objeto da licitação com aquele em que a(s) sua(s) responsabilidade(s) será (ão) exigida(s), ou;

5.5.5.3 Sócios ou diretores estatutários da empresa licitante, por estatuto ou contrato social, que tenham registro no CREA e/ou CAU. Integrante (s) do quadro societário da empresa de engenharia licitante, por estatuto ou contrato social, que sejam profissionais detentores de ART devidamente registrados no CREA e/ou CAU, nas condições pertinentes ao subitem 5.5.1;

5.5.5.4 Declaração de Compromisso de Vinculação Futura do Profissional, conforme modelo Anexo VIII.

5.5.6 **Carta de Apresentação da Documentação** contendo todas as informações e declarações, conforme modelo Anexo II deste edital.

5.5.7 **Declaração de Termos de Sujeição ao Edital**, conforme modelo Anexo III deste edital.

5.5.8 **Declaração**, conforme modelo **Anexo VI**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei que não possui em seus quadros de empregados e em seu corpo societário/acionário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, com dirigentes ou servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na formalização contratual.

5.5.9 **DECLARAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO**, conforme modelo Anexo VII, que tem condições de atender as **Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3.214/78 do MTE**, aplicáveis às atividades objeto deste contrato, e, que tem condições de apresentar as documentações solicitadas na **Instrução Normativa nº 007/2017-GAB/SEGPLAN**, de 25/08/17, conforme item 11.3.5 do Anexo I – Projeto Básico.

5.5.10 **DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE VINCULAÇÃO FUTURA DO PROFISSIONAL**, conforme modelo Anexo VIII, a empresa se compromete a contratar Engenheiro Eletricista ou equivalente no ato da Assinatura do Contrato, conforme Parcela “Instalação Elétrica/Subestação”, de acordo com perfil indicado nos Artigos 8º e 9º da Resolução 218/1973-CONFEA.

5.6. A Administração, por meio da Gerência de Contratos e Convênios, nos termos do art. 6, I, da lei Estadual 19.754/17, para fins de assinatura de contrato efetuará consulta ao CADIN Estadual, devendo a empresa vencedora não estar incluída no mesmo.

5.7. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus Anexos.

5.8. Para os documentos e certidões requeridos neste edital, poderão ser emitidas cópias oriundas da internet, desde que constante do envelope documentação, facultado à Comissão, aferir a veracidade dos mesmos.

5.9. Os documentos relativos à **Habilitação (Envelope nº 1)** e às **Propostas (Envelope nº 2)** serão apresentados em envelopes separados, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Gerência de Licitação. Somente serão atendidos pedidos de autenticação de documentos pelos servidores da **Gerência de Licitação, em até 02 (dois) dias úteis, antes da data marcada para abertura da licitação, de segunda-feira à sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.**

5.10. Todos os documentos exigidos para a habilitação que não contenham expressamente prazo de validade, e inexistindo legislação específica regulamentando a matéria, deverão, sob pena de inabilitação, apresentar data de expedição, limitada a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua emissão, observado o art. 110 e seu parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93. Caso exista legislação específica regulamentando prazo de documento que não tenha expressado o prazo de validade, esta deverá vir anexada ao mesmo.

5.11. Em nenhum caso será aceita, quer na hora da abertura dos envelopes, quer posteriormente, a apresentação ou inclusão de documentos de habilitação que não fizerem constar do respectivo envelope de documentação.

5.12. De toda documentação apresentada em fotocópia autenticada, suscitando dúvidas, poderá ser solicitado o original para conferência, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, registrando-se em Ata tal ocorrência.

5.13. Também motivará a inabilitação para os atos subsequentes da licitação, falta de comprovação do ramo de atividade comercial vinculado aos objetos/serviços descritos nos Anexos constantes deste edital.

5.14. Encerrada a fase de habilitação, se todos os licitantes desistirem expressamente do direito de recorrer das decisões a ela pertinentes, após assinar o Termo de Renúncia, os envelopes contendo as propostas dos licitantes serão abertos e anunciados seus valores, devolvendo-se lacrados os envelopes dos licitantes inabilitados, procedendo-se registro em ata.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2022 ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA

6.1 A licitante deverá formalizar sua proposta levando em consideração os preços estimados orçados pela SEDUC, conforme Anexo I – Projeto Básico, para contratação dos serviços, objeto da presente licitação, um único invólucro, devidamente lacrado, contendo os dizeres mencionados no subitem 3.11 do item 03 - DA PARTICIPAÇÃO, impressa ou datilografada em papel timbrado, encadernada, contendo os números do CNPJ, Inscrições Municipal e/ou Estadual, endereço etc, redigida em língua portuguesa, elaborando a cotação de acordo com as especificações constantes das planilhas orçamentárias, em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas, condições substanciais escritas à margem ou entrelinhas que comprometam a clareza da mesma, devendo suas páginas ser numeradas sequencialmente, com todas as páginas rubricadas, sendo a última página, datada e assinada pelo representante legal da empresa de engenharia licitante com poderes para tal investidura, constituída dos seguintes elementos:

6.1.1 A proposta deverá conter o preço para execução dos serviços/obra, expressos em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado os preços expressamente, obedecendo às especificações mínimas conforme planilha orçamentária constante do edital, em algarismo arábico por extenso global, devendo ser líquido, estando inclusas todas as despesas necessárias, ou seja, mão-de-obra, materiais, equipamentos, despesas indiretas, impostos, taxas previdenciárias, comerciais e fiscais, encargos trabalhistas, seguros, transportes, etc., bem como a competente remuneração da empresa de engenharia, e outras despesas, se houver.

6.1.1.1. A licitante deverá indicar na proposta, para efeito de dados para emissão de nota de empenho e/ou assinatura do contrato, o nome completo de seu representante legal, a posição que ocupa no contrato social, sua nacionalidade, estado civil e profissão, bem como o número de sua carteira de identidade e do seu CPF.

6.1.1.2. Os preços unitários e global são limitados ao apresentado na planilha orçamentária referencial.

6.1.1.3. A referência utilizada para composição dos custos apresentada pela Secretaria de Educação é fornecida pela GOINFRA e/ou SINAPI, conforme o caso.

6.1.1.4. O BDI utilizado pela empresa licitante deve limitar-se ao apresentado pela Administração.

6.1.1.5. A empresa licitante deve apresentar a composição do BDI atualizado.

6.1.2. Para efeitos de elaboração da proposta, o licitante deverá utilizar o software MS Excel, de forma que o total do serviço seja calculado através da fórmula “TRUNCAR”, conforme exemplo.

Exemplo:

=TRUNCAR (Quant * (P.MAT + P.M.Obra) ; 2)

Código	Serviço	Unid.	Quant.	P. Mat.	P. M. Obra	T. Serviço
100236	serviço #1	M³	22,31	0,00	1,59	35,47
100237	serviço #2	M²	65,77	5,94	0,00	390,67
100238	serviço #3	UM	98,47	5,71	6,62	1.214,13

Onde:

Quant. – Quantidade

P.Mat – Preço unitário do material;

P.M.Obra – Preço unitário da mão de Obra;

2 – Número de casas decimais desejadas.

6.1.3. A centésima parte do Real, denominada "Centavo" será escrita sob a forma decimal, procedida da vírgula que segue a unidade, nos termos da Lei nº 9.069, art. 1º, parágrafo 2º, de 29 de junho de 1.995.

6.1.4. **O licitante deverá entregar, caso seja vencedor do certame, um CD contendo o arquivo da Planilha Orçamentária, apresentando a composição de todos os custos unitários, na qual conste todos os elementos necessários para análise e avaliação, tais como: insumos, mão-de-obra, equipamentos, leis sociais, BDI, etc.) e, Cronograma Físico-Financeiro no formato MS EXCEL, para agilizar os trabalhos da Comissão de Licitação.**

6.1.5 Deverá declarar expressamente o prazo de validade não inferior a **120 (cento e vinte)** dias corridos conforme modelo Anexo IV, a contar da data de sua apresentação.

6.1.6 Os erros de soma e/ou multiplicação, eventualmente configurados na Proposta Comercial das empresas de engenharia licitantes, serão corrigidos pela Comissão Permanente de Licitação. Havendo divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o preço unitário e o total será corrigido, sendo que no caso de valores expressos em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.

6.1.7 Apresentar Planilha(s) Orçamentária(s) completa, referente aos serviços cotados onde constem os quantitativos e seus respectivos preços unitários, os preços parciais e preço total, BDI, e o preço total dos serviços, nos termos deste edital.

6.1.8 Apresentar Cronograma Físico-Financeiro detalhando os serviços propostos, nos termos deste edital.

6.2 O licitante poderá realizar visita prévia e inspecionar o local da obra e cercanias em dia e horário comercial, de modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda informação necessária à elaboração da proposta, ou **emitir DECLARAÇÃO DE VISTORIA**, conforme modelo Anexo V deste edital, assinada pelo **representante legal** da empresa licitante, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da obra, e juntada à proposta de preços.

6.2.1 **A vistoria pode rá ser agendada em horário comercial, junto à Unidade Escolar, sendo a data de início a partir da publicação do edital nos devidos meios de comunicação, e, a data de encerramento de 02 (dois) dias úteis anteriores, a data fixada para abertura da sessão pública.**

6.2.2 A visita e inspeção prévia do local e cercanias têm por finalidade obter para a utilização e exclusiva responsabilidade do licitante, toda a informação necessária à elaboração da proposta, tais como: as condições locais, quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução da mesma; formas e condições de suprimentos; meios de acesso ao local. Todos os custos associados à visita e à inspeção serão de inteira responsabilidade do licitante, dispensado pré-agendamento a quem apresentar Declaração de Vistoria.

6.2.3. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da licitação e do local onde serão executadas as obras e/ou serviços, não podendo invocar qualquer desconhecimento, como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do contrato.

6.3. Será desclassificada a proposta, cuja especificação estiver incompatível com o(s) objeto(s) especificado(s) nos anexos constantes deste instrumento, ou ainda, aquelas que omitirem as especificações mínimas solicitadas.

6.4 **É expressamente vedada à subcontratação do valor total do contrato, a subcontratação parcial poderá ser possível com anuência da titular desta Pasta, devendo apresentar o limite máximo e os serviços passíveis para a subcontratação parcial em relação ao valor total da obra. Adicionalmente deve ser apresentada a documentação de regularidade fiscal e trabalhista, e, o contrato firmado entre a adjudicatária e a empresa subcontratada.**

6.4.1. A contratada se responsabiliza pela padronização, compatibilidade, qualidade e pelo gerenciamento centralizado da subcontratação.

6.4.2. A subcontratação parcial ficará limitada a 30% (trinta por cento) do total do contrato.

6.4.2.1 Os serviços passivos de subcontratação são:

- a) Sondagem do Terreno;
- b) Estrutura Metálica;
- c) Estrutura Lajes (Pré – Moldadas);
- d) Marcenaria;
- e) Central de Gás;
- f) SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas);
- g) Esquadrias Metálicas, e;
- h) Transporte de Entulho

6.4.2.2. No caso da subcontratação parcial, caberá a contratada faturar em nome próprio os serviços que executar.

6.4.2.3. Não poderão ser subcontratados os serviços referentes às parcelas de maior relevância, conforme discrimina o inciso I do § 1º do art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.5 Não será admitida cotação opcional para os serviços constantes das planilhas de orçamento, constantes deste edital. Caso ocorra, será igualmente desconsiderada a cotação principal e a opcional.

6.6 Em nenhuma hipótese será admitida cotação parcial em referência ao quantitativo total dos serviços requeridos neste instrumento, ocasião em que será (ão) desclassificada (s) a (s) proposta (s) que incorrer (em) neste ato.

6.7 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital ou baseada nas ofertas das demais licitantes.

6.8 Não será levada em consideração a proposta que não estiver devidamente assinada por representante da empresa de engenharia licitante com poderes devidamente comprovado para tal investidura.

6.9 Será desclassificada a proposta que não atender às exigências do ato convocatório desta licitação, salvo quando apresentar omissões simples e irrelevantes para entendimento da proposta e/ou procedimento licitatório, bem como para isonomia entre os licitantes, podendo, neste caso, a critério da Comissão, ser relevada.

6.10 O Valor estimado da presente licitação é o constante do Anexo I – Projeto Básico e Planilha Orçamentária

7 - DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

7.1 Na data, hora e local designado neste edital, em ato público, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO receberá em envelopes distintos e fechados ou lacrados contendo, os documentos exigidos para habilitação e propostas.

7.2 As empresas deverão entregar um envelope contendo os documentos exigidos para habilitação e um envelope de proposta separados.

7.3 Serão inicialmente abertos, em sessão pública, os envelopes contendo os documentos referentes à fase de habilitação que, após conhecidos pelos licitantes e examinados pela Comissão de Licitação serão julgados, dando-se imediata comunicação do resultado se presente todos os licitantes, caso contrário, será o mesmo publicado no Diário Oficial do Estado – DOE, Jornal de Grande Circulação Regional e Diário Oficial da União - DOU, conforme o caso. Caso a Comissão julgue necessário, poderá suspender os trabalhos licitatórios para posterior exame dos documentos e julgamento da fase de habilitação, da qual lavrará ata como de Lei, publicando o resultado no Diário Oficial do Estado – DOE, Jornal de Grande Circulação Regional e Diário Oficial da União - DOU, conforme o caso.

7.4 Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, os envelopes contendo as propostas permanecerão devidamente lacrados, sendo rubricados pela Comissão e licitantes presentes, ficando em poder daquela até que seja julgada a habilitação.

7.4.1 Ao licitante inabilitado ficará disponível o respectivo Envelope nº 02, ainda lacrado, após o transcurso do prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

7.4.2 Transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que o licitante inabilitado tenha comparecido para retirar o Envelope nº 02, o mesmo poderá ser destruído pela Comissão de Licitação.

7.5 Será procedida a abertura dos envelopes contendo as propostas das licitantes habilitadas, depois de transcorrido o prazo sem interposição de recursos, ou tenha havido renúncia expressa do prazo recursal das licitantes habilitadas e inabilitadas ou após o julgamento dos recursos interpostos.

7.6 Das reuniões para recebimento e abertura dos envelopes de documentação e proposta, serão lavradas atas circunstanciadas, que mencionarão todas as ocorrências que interessarem ao julgamento da Licitação, devendo as mesmas ser assinadas pelos membros da Comissão e pelas Licitantes presentes.

8 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 O julgamento será realizado pela Comissão de Licitação, de acordo com o que dispõe o art. 45 da Lei Federal nº 8.666/93, observando os seguintes fatores:

8.1.1 O julgamento será realizado com base no **menor preço, regime de execução empreitada por preço global**.

8.1.2 Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, desde que atenda a todas as exigências estabelecidas neste instrumento;

8.1.3 Caso seja necessário a Comissão de Licitação poderá valer-se de auxílio de técnicos da área referente ao objeto desta licitação para realização do julgamento;

8.1.4 Em caso de empate será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.1.4.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.1.5 Para efeito do disposto no subitem 8.1.4, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.1.5.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.1.5.2 Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.1.4.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.1.5.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 8.1.4.1, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro, poderá apresentar melhor oferta.

8.1.5.4 Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos subitens 8.1.4. e 8.1.5., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.1.5.5 O disposto nos subitens 8.1.4. e 8.1.5. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.2 No caso de empate entre duas ou mais propostas fora dos casos disciplinados nos subitens 8.1.4. e 8.1.5., será observado o que dispõe o §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93. Persistindo o empate, a Comissão de Licitação realizará sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, consoante §2º do art. 45 da citada Lei, vedado qualquer outro processo.

8.2.1 Uma vez convocadas as empresas empatadas e estas não atenderem ao chamado, a Comissão realizará o sorteio sem a sua presença.

8.3 O não cumprimento de uma ou mais exigências constantes deste instrumento, ensejará a inabilitação do proponente ou a desclassificação da proposta, conforme o caso.

8.4 A Comissão de Licitação poderá promover diligências em qualquer fase da licitação, nos termos do § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93;

8.5 Serão desclassificadas as propostas, que não atenderem as exigências do ato convocatório da licitação, com observância para as especificações em conformidade com o(s) objeto(s) especificados nos Anexos requerido neste edital, ou ainda, aqueles que omitirem as especificações mínimas solicitadas.

8.6 Não será permitido o oferecimento de qualquer desconto sobre o preço ofertado.

8.7 Se a licitante vencedora deixar de firmar o contrato no prazo estabelecido, a Secretaria de Educação poderá, nos termos do § 2º, do Art. 64 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, convocar as licitantes remanescentes observadas à ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

8.8 O julgamento das propostas ocorrerá dentro do prazo de validade das mesmas, dando-se conhecimento do resultado, em sessão pública que poderá ser marcado para tal fim, desde que presentes todos os licitantes habilitados, caso contrário será o mesmo publicado no Diário Oficial do Estado – DOE e/ou Diário Oficial da União - DOU, conforme o caso.

9 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 A presente licitação correrá a conta dos seguintes recursos orçamentários:

Sequencial: 013		Dotação Orçamentária
Descrição	Código	Denominação
Unidade Orçamentária	2401	Gabinete do Secretário de Estado da Educação
Função	12	Educação
Subfunção	122	Administração Geral
Programa	4200	Gestão e Manutenção
Ação	4243	Gestão e Manutenção das Atividades
Grupo de Despesa	04	Investimentos
Fonte	100	Receitas Ordinárias
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas
Valor Estimado R\$ 11.024.080,79 (onze milhões, vinte e quatro mil reais, oitenta reais e setenta e nove centavos).		

9.1.1 No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programas, ficando a CONTRATANTE obrigada a apresentar, no início de cada exercício a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho Complementar.

10 - DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

10.1 Transcorrido o prazo recursal e decididos os recursos eventualmente interpostos, o processo licitatório será submetido à apreciação da SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, para adjudicação do seu objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e homologação da licitação, convocando-se após, a(s) respectiva(s) para assinatura do contrato.

11 - DO CONTRATO E DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1 Os serviços deverão ser executados conforme o memorial descritivo/especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, projetos e demais normas constantes deste instrumento.

11.2 As obrigações decorrentes desta licitação a serem firmadas entre a CONTRATANTE e a proponente vencedora serão formalizadas por meio de nota de empenho e contrato, observando-se as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, legislação vigente e na proposta vencedora.

11.3 O prazo para a assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação da licitante.

11.4 Obrigatoriamente, na data da assinatura do Contrato, a licitante adjudicatária deverá apresentar garantia de execução contratual à Contratada, nos termos do §1º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme segue, além de apresentar toda documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista.

11.4.1 A garantia será correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, com validade equivalente ao prazo de vigência do contrato em uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública:

b) Quando o licitante optar pela caução em dinheiro, deverá se dirigir a uma agência bancária autorizada pelo Banco Central do Brasil e solicitar a abertura de uma conta-caução, onde o mesmo será o titular e caucionário, tendo como beneficiário a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, de acordo com a Circular Normativa Permanente SC66. Para abertura da conta, será exigido do licitante:

- b.1 – Edital que comprove a exigência do depósito;
- b.2 – Identificação da entidade beneficiária e da empresa caucionária;
- b.3 – Valor a ser depositado;
- b.4 – Procuração, se for o caso.

c) Os Títulos da Dívida Pública devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, conforme art. 56 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 com redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.079 de 30/12/2004.

d) Seguro-garantia; ou,

e) Fiança Bancária.

e.1) Em se tratando da modalidade fiança bancária, do respectivo instrumento de carta-fiança constará às seguintes disposições, sob pena de ser rejeitada pela Administração:

e.2) O Banco fiador dever renunciar expressamente ao benefício de ordem previsto no art. 827 do Código Civil;

e.3) Banco fiador deve se obrigar, até o limite do valor da fiança, a atender dentro de 24 horas as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pela Secretaria de Educação - SEDUC, sem qualquer reclamação, retenção ou ainda embargo ou interposição de recurso administrativo ou judicial com respeito à SEDUC;

e.4) O Banco fiador deve se obrigar pelo pagamento de despesas judiciais na hipótese de ser esta Secretaria compelida a ingressar em juízo para demandar o cumprimento de qualquer obrigação assumida por nossa afiançada;

e.5) A fiança somente será retratável na hipótese de a afiançada depositar ou pagar o valor da caução garantida pela presente Carta de Fiança Bancária ou por nova carta de fiança, que seja aceita por esta Secretaria;

e.6) O termo final de vigência da carta fiança será pelo menos 60 (sessenta) dias após a lavratura do termo de recebimento definitivo da obra.

11.4.2. Em se tratando da modalidade Seguro-garantia, a apólice de seguro deverá estar anexada ao comprovante de pagamento do prêmio.

11.4.3 Toda garantia prestada pela licitante vencedora, somente poderá ser levantada após a execução do contrato, e quando em dinheiro será atualizada monetariamente;

11.5 A garantia apresentada pela licitante vencedora deverá estar de acordo com a disciplina da Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. De acordo com tal diploma, somente podem desenvolver regularmente atividades no território nacional as instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

11.6 Poderá, a critério da Administração, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

11.7 A garantia ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

11.8 A garantia será liberada no prazo formulado (final do contrato) solicitada por escrito, pelo contratado. E no caso de aditamento e/ou renovação do contrato, a garantia deverá ser renovada ou rerepresentada, conforme o caso, nos mesmos percentuais previstos no subitem 11.4.1 deste edital;

11.9 Sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste Edital, a não prestação da garantia exigida nos termos deste instrumento será considerada recusa injusta e desistência de assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da Nota de Empenho/Contrato emitida, sujeitando-se às penalidades legais;

11.10 A multa aplicada após regular processo administrativo será descontada da garantia do respectivo contratado, com base no § 2º, Art. 86 da Lei Federal nº. 8.666/93.

11.11 Se a multa aplicada pela inexecução total ou parcial for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, com base no § 3º do Art. 86 e § 1º do Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

12 - DO PRAZO DE ENTREGA E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Os serviços deverão ser executados conforme descrito no Memorial Descritivo/Especificações Técnicas e Cronograma Físico-Financeiro a contar da data da emissão da ordem de serviço, sendo que esta deverá ser efetuada somente após a outorga do instrumento contratual e publicação do extrato na imprensa oficial.

12.2 Se a licitante vencedora deixar de executar os serviços dentro do prazo e nas condições preestabelecidos sem manifestação por escrito e aceita pela Contratante, sujeitar-se-á às penalidades deste Edital e legislação pertinente.

12.3 A fiscalização de todas as fases dos serviços será feita por profissional competente designado pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás.

12.4 Caberá à contratada o fornecimento e manutenção de um DIÁRIO DE OBRA permanentemente disponível para lançamentos no local da obra, sendo que, a sua manutenção, aquisição e guardas são de inteira responsabilidade da licitante, a qual deverá obedecer ao artigo 4º § 4º; artigo 5º parágrafo único; artigo 8º inciso 1º, 2º e 3º da Resolução nº 1.024, de 21 de agosto de 2009, CONFEA.

12.4.1 As observações, dúvidas e questionamentos técnicos que porventura surgirem sobre a realização dos trabalhos da licitante contratada, deverão ser anotados e assinados pela Fiscalização no Diário de Obra, e, aquela se obriga a dar ciência dessas anotações no próprio Livro, através de assinatura de seu Engenheiro RT.

12.4.2 Além das anotações obrigatórias sobre os serviços em andamento e os programados, a contratada deverá recorrer ao Diário de Obra, sempre que surgirem quaisquer improvisações, alterações técnicas ou serviços imprevistos decorrentes de acidentes, ou condições especiais.

12.4.3 Neste caso, também é imprescindível a assinatura de ambas as partes no livro, como formalidade de sua concordância ou discordância técnica com o fato relatado.

12.5 Serão obrigatoriamente registrados no “Diário de Obra”:

12.5.1.1 PELA CONTRATADA:

12.5.1.2 As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;

12.5.1.3 As falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas à sua ingerência;

12.5.1.4 As consultas à fiscalização;

12.5.1.5 As datas de conclusão de etapas caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;

12.5.1.6 Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;

12.5.1.7 As respostas às interpelações da fiscalização;

12.5.1.8 A eventual escassez de material que resulte em dificuldades para a obra ou serviço;

12.5.1.9 Outros fatos que, ao juízo da contratada, devem ser objeto de registro.

12.5.1.10 PELA FISCALIZAÇÃO:

12.5.1.11 Atestado da veracidade dos registros previstos nos subitens anteriores;

12.5.1.12 Juízo formado sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista as especificações, prazo e cronograma;

12.5.1.13 Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da contratada no Diário de Ocorrências;

12.5.1.14 Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela contratada, com correspondência simultânea para a autoridade superior;

12.5.1.15 Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da contratada;

12.5.1.16 Determinação de providências para o cumprimento das especificações;

12.5.1.17 Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho de fiscalização.

12.6 Recebimento dos serviços será feito pela CONTRATANTE, ao término das obras, após verificação da sua perfeita execução, da seguinte forma:

12.6.1 Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da contratada;

12.6.2 Definitivamente, em até 90 (noventa) dias corridos, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.6.3 O recebimento provisório ou definitivo não exime a Contratada da responsabilidade civil pela qualidade dos serviços executados.

13 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1 Caberá à Secretaria de Estado da Educação a emissão da Ordem de Serviços, bem como a coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos objeto deste Edital e, ainda, fornecer à contratada, os dados e os elementos técnicos necessários à realização dos serviços licitados.

13.2 A Contratada deverá, inicialmente, afixar no canteiro de serviços placas alusivas à obra, com dimensões, dizeres e símbolos a serem determinados pela Secretaria de Educação.

13.3 A Contratada se obriga a executar as obras empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade, obedecendo, rigorosamente, aos projetos de engenharia que lhe forem fornecidos pela Secretaria de Educação, através da Superintendência de Infraestrutura e às modificações propostas e aprovadas pelo Setor durante a execução dos serviços, após a devida formalização de Termo Aditivo.

13.4 Poderá a Secretaria de Educação, através da Superintendência de Infraestrutura, ao seu critério, exigir a reconstrução de qualquer parte da obra, sem qualquer ônus para a mesma, caso essa tenha sido executada com imperícia técnica comprovada, ou em desacordo com as normas, especificações ou com as determinações da fiscalização, nos termos do art. 69, da Lei Federal nº 8.666/93.

13.5 Por se tratar de contratação em regime de execução empreitada por preço global, não há possibilidade de formalização de termo aditivo visando eventuais acréscimos de serviços, salvo nos casos excepcionais e devidamente justificados, oriundos de alterações qualitativas, que não configurem falha do órgão gestor na elaboração do projeto ou desconhecimento por parte da CONTRATADA do local onde os serviços serão realizados, nos termos do §3º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, e nos limites fixados no §2º do referido artigo.

13.6 Qualquer alteração, modificação, acréscimos ou reduções que impliquem alteração do projeto da obra deverá ser justificada e autorizada, sempre por escrito, pelo Setor de Engenharia da Secretaria de Educação, e formalizada por meio de Termo Aditivo ao Contrato Original.

13.7 Ao término dos serviços, deverá ser procedida a limpeza do canteiro da obra.

13.8. Para efeito de reajustamento, a periodicidade obedecerá à data do orçamento a que a proposta se referir.

13.9. Os serviços, cujos preços não constarem da proposta primitiva, serão calculados considerando as referências de custos e taxa de BDI especificadas no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto oferecido pelo contratado.

13.10. Os serviços deverão ser executados conforme o memorial descritivo/especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, projetos e demais normas constantes deste instrumento.

13.11. As obrigações decorrentes desta licitação a serem firmadas entre a CONTRATANTE e a proponente vencedora serão formalizadas por meio de contrato, observando-se as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, legislação vigente e na proposta vencedora.

13.12. Deverá, também, a CONTRATADA, manter Equipe de Higiene e Segurança do Trabalho no canteiro de obra, de acordo com a legislação pertinente e aprovação pela Superintendência de Infraestrutura da SEDUC.

13.13. Fica a CONTRATADA obrigada também a apresentar a comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias, referente aos trabalhadores que executaram a obra, bem como as fiscais e para-fiscais.

13.13.1 O “Termo de Recebimento Provisório” deverá conter o documento conhecido como **as built**. Baseando-se no manual “Obras Públicas: Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas”, do Tribunal de Contas da União, ao final da construção da obra em questão, a SEDUC (por meio da Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras) receberá do CONTRATADO a documentação que retrate fielmente o que foi construído. Essa documentação é conhecida como **as built** – que significa “como construído” – e deve incluir todas as plantas, memoriais e especificações, com detalhes do que foi executado e quais insumos foram utilizados nessa execução. Ou seja, o contratado deverá entregar o **as built da obra**, a fim de subsidiar futuras intervenções a título de manutenção ou reformas. Os arquivos deverão ser entregues editáveis/originais (extensões: .dwg, .docx, .xls, entre outras) e não editáveis (extensões: .pdf, .jpg, entre outros) devidamente assinados pelos responsáveis.

13.14. A CONTRATADA é responsável pelo seguro de seu pessoal, sendo igualmente responsável pelo seguro de responsabilidade civil e danos contra terceiros.

13.15. A empresa de engenharia vencedora do certame garantirá a solidez e a segurança do trabalho realizado, bem como os materiais utilizados na obra pelo período de 5 (cinco) anos, a partir do recebimento da obra pelo Setor Competente desta Pasta.

13.16. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.16.1 A garantia dos serviços será de 5 (cinco) anos, com início após o recebimento definitivo dos serviços. A garantia deverá cobrir todos os serviços que comprovarem defeitos ou problemas causados pela má execução dos mesmos;

13.16.2 Todos os serviços que compõem a descrição do objeto devem ser cobertos pela garantia da empresa CONTRATADA ou por Empresa autorizada da CONTRATADA.

13.16.3 Atender as solicitações para conserto e corrigir defeitos ou falhas apresentadas pelos serviços, em prazo não superior a 30 (trinta) dias consecutivos. Neste caso não acarretará ônus para a Contratante.

13.16.4 Todos os serviços devem estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar em perda parcial da garantia ou não realização da assistência técnica pelo próprio executor quando solicitada.

14 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 Dos atos decorrentes da execução desta Concorrência Pública cabem recursos nos casos e formas determinados pelo art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

14.2 O recurso será interposto por escrito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, devendo ser dirigido a Secretaria de Estado da Educação, através da Comissão de Licitação competente e protocolada no Protocolo Geral desta Secretaria.

14.3 Interposto o recurso, será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14.4 O recurso será dirigido a Secretária de Estado de Educação por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão em até 05 (cinco) dias úteis, contados do término do prazo concedido às demais licitantes para oferecimento de possíveis impugnações, de que trata o item anterior, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado.

14.5 Subindo o recurso, a Secretária de Estado da Educação proferirá a sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, proveniente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

14.6 Os Recursos ao edital e seus anexos, deverão ser dirigidos a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, indicando o número da Concorrência Pública, do processo administrativo, formulação do pedido, com exposição dos fatos e seus fundamentos, a indicação do interessado ou quem o represente, dados de identificação, endereço completo, telefone, e-mail, data, assinatura do interessado ou representante, documento que comprove aptidão do signatário para representação da empresa licitante e documento de identificação pessoal válido daquele que assinar (CNH, identidade, outros), sob pena de não ser conhecido.

14.7 Os recursos preclusos ou intempestivos não serão conhecidos.

15 - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO

15.1 O pagamento será efetuado através de Ordem de Pagamento, mediante a apresentação do cronograma físico-financeiro, constante deste edital, relatório parcial da execução da obra e medição, a Superintendência de Infraestrutura, desta Pasta, para verificação e posterior deferimento e atesto, contendo as respectivas notas fiscais, devidamente atestadas por quem de direito, uma vez concluído o processo legalmente adotado pela Secretaria de Educação, para solução de seus débitos.

15.2 A Secretaria de Educação, pagará, à contratada, o valor dos serviços executados, baseado em medições mensais, sendo que as faturas deverão ser apresentadas com os seguintes documentos anexados:

15.2.1. Termo de Vistoria emitido pela fiscalização;

15.2.2. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

15.2.3. Certidão Negativa de Débito do ISS, referente ao município aonde as obras ou serviços venham a ser prestados ou executados.

15.2.4. Cópia da matrícula - CEI - Cadastro Específico Individual - da obra junto ao INSS;

15.2.5. Cópia da GPS - Guia da Previdência Social com o número do CEI da obra, devidamente recolhida e respectiva folha de pagamento;

15.2.6. Cópia do GFIP - Guia de recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social.

15.2.7. Declaração Contábil – Afirmando que a Empresa está em situação regular e que os serviços referentes à fatura apresentada estão contabilizados.

15.2.8. Demais certidões que atestem a regularidade fiscal da Contratada, na forma do item 5.8 do Edital.

15.2.9 Caso a participação no certame seja da matriz, com possibilidade de que a execução do objeto licitado seja por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal e trabalhista deverá ser de ambas.

15.3. A CONTRATANTE, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais.

15.4. Os pagamentos serão efetuados até o 30º (trigésimo) dia após a data de apresentação da fatura, devidamente atestada por quem de direito, acompanhada dos documentos mencionados nos subitens 15.2.1 a 15.2.8, deste edital. Caso a fatura apresentada não esteja integralmente instruída, o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento será reiniciado a partir de sua reapresentação, obedecida a ordem cronológica de que trata o inciso IV do art. 2º do Decreto Estadual nº 9.561/2019, consistente em realização de obras.

15.5. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item 15.4, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

15.6. No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido poderá ser atualizado utilizando-se índices econômicos oficiais de acordo com as normas legais e de mercado, INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, e na falta deste, será aplicado o IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), da Fundação Getúlio Vargas, ou ainda, de conformidade com o índice específico eleito pelo Governo Federal que regula a variação de valor dos serviços, no período.

15.7. Para o pagamento da 1ª fatura, a contratada deverá, além dos documentos enumerados no item 15.2 e seus subitens, apresentar cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) referentes aos serviços contratados.

15.8. A periodicidade mínima de reajuste ou revisão dos valores das parcelas do cronograma físico-financeiro da proposta será de 1 (um) ano, contado da data base da tabela que deu origem ao orçamento.

15.9. Após o prazo previsto no item anterior as parcelas remanescentes serão reajustadas pelo Índice Nacional do Custo da Construção - OBRAS CIVIS obedecendo à seguinte fórmula;

$$M = V (I / I_0)$$

Onde:

M - Valor reajustado das parcelas remanescentes.

V - Valor inicial das parcelas remanescentes.

I - Índice referente ao mês que completa a periodicidade de um ano em relação a data base da tabela que deu origem ao orçamento.

I₀ - Índice referente ao mês da data base correspondente a data base da tabela que deu origem ao orçamento.

16 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

16.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

16.1.1. Por mútuo interesse e acordo das partes atendida a conveniência da Secretaria de Estado de Educação, mediante autorização expressa e fundamentada da autoridade competente, tendo a contratada direito de receber o valor dos serviços executados, constante de medição rescisória;

16.1.2. Unilateralmente pela SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO sem pagamento de qualquer indenização independentemente de interposição judicial ou extrajudicial se os serviços revelarem má qualidade, má conduta ou perdurar continuada indisponibilidade dos serviços;

16.1.3. Unilateralmente pela SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO sem pagamento de qualquer indenização e independente de interposição judicial ou extrajudicial, se for decretada concordata ou falência da licitante vencedora;

16.1.4. Proposto pela licitante vencedora, ocorrendo atraso no pagamento de fatura, por prazo superior a 90 (noventa) dias, exigível a formalização de aviso prévio de 30 (trinta) dias;

16.1.5. Não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

16.1.6. Cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.

16.1.7. A lentidão do seu cumprimento, levando a Secretaria de Estado de Educação a comprovar a impossibilidade de conclusão da obra no prazo estipulado.

16.1.8. O atraso injustificado no início da obra.

16.1.9. A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à SEDUC

16.1.10. O desatendimento às determinações regulares dos Engenheiros Fiscais.

16.1.11. O cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, devidamente consignada no Diário de Obra.

16.1.12. A alteração Social ou modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, que prejudique a execução do contrato.

16.1.13. Os casos de rescisão previstos nos itens 16.1.2 a 15.1.3 e item 16.1.14.5 do Edital, acarretarão as consequências previstas no Artigo 80, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

16.1.14. O contrato poderá também ser rescindido, sendo devido à contratada a devolução da garantia, se houver; os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e o ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, desde que não tenha concorrido com culpa direta ou indireta, nos seguintes casos:

16.1.14.1. Quando a Secretaria de Estado de Educação suprimir os serviços além dos limites legais do valor inicial do contrato.

16.1.14.2. Quando a Secretaria de Estado de Educação mediante ordem escrita, suspender a execução do contrato, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, sendo facultado à contratada optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

16.1.14.3. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

16.1.14.4. A não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

16.1.14.5. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

16.1.14.6. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

17 - DAS OBRIGAÇÕES

17.1. Além de outras responsabilidades definidas neste Edital e em todos os seus anexos, independentemente de transcrição, a contratada obriga-se a:

17.1.1. Assinar o Contrato em até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

17.1.2. Apresentar na assinatura do contrato documento comprobatório de inexistência de débito relativo às contribuições sociais, na forma da Lei 8.212 de 24.07.91; (CND e FGTS).

17.1.3. A contratada deverá manter preposto, com competência técnica e jurídica e aceito pela Secretaria de Estado de Educação, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.

17.1.4. Regularizar perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA-GO e outros órgãos, o contrato decorrente da presente licitação, conforme determina a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e Resolução nº 307 de 28 de fevereiro de 1986, do CONFEA.

17.1.5. Manter "Equipe de Higiene e Segurança do Trabalho" de acordo com a legislação pertinente e aprovação da Secretaria de Estado de Educação.

17.1.6. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para reposição imediata dos profissionais, nos casos de faltas, impedimentos, bem como, impedir que empregado que cometer falta disciplinar ou cuja substituição tenha sido solicitada pela CONTRATANTE, seja mantido ou retorne a atividade nos imóveis desta.

18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

18.2. O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, na forma e prazos estabelecidos, inclusive referentes à saúde e segurança no trabalho, sujeitará a adimplida às penalidades constantes no art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assegurados os constitucionais do contraditório e da ampla defesa, ficando estipuladas as seguintes penalidades, além das demais previstas em norma pública (da qual não se pode alegar desconhecimento) e mencionadas no contrato:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Suspensão temporária de participar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei, perante a autoridade competente que aplicou a sanção

18.3. Pelo atraso injustificado na execução do objeto da licitação, sem prejuízo das demais sanções regulamentares previstas, o contratado estará sujeito à aplicação de multa de mora, obedecendo os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

18.3.1 A multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas nesta Lei.

18.4. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Secretaria de Estado de Educação.

18.5 Os valores das multas de mora poderão ser descontadas da Nota Fiscal, no momento do pagamento ou de créditos existentes na Secretaria de Estado de Educação em relação à Contratada, na forma da lei, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

18.6 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e pro conveniência administrativa, mediante ato do Secretário de Estado de Educação devidamente justificado.

18.7 Pela inexecução total ou parcial do objeto da licitação, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADFOR, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

18.9 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

18.10 A sanção estabelecida no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 é de competência exclusiva do Secretário de Estado de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

18.11. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

19 – DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

19.1. As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

20 – DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

20.1. Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente desta licitação, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos, consoante Anexo I da Minuta Contratual.

21 - DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

21.1 O Programa de Integridade, criado pela Lei Estadual nº. 20.489/2019, deve ser implantado pela contratada e consistirá no conjunto de mecanismos e procedimentos internos e integridade, auditoria, controle e incentivo à denúncia de irregularidade e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública do Estado de Goiás.

21.2 O Programa de Integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica, a qual, por sua vez, deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir a sua efetividade.

21.3 O Programa de Integridade será avaliado, quanto a sua existência e aplicação, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independente de cargo ou função exercidos;

II - treinamentos periódicos sobre Programa de Integridade;

III - análise periódica de riscos para realização e adaptações necessárias ao Programa de Integridade;

IV - registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;

V - controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras de pessoa jurídica;

VI - procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como o pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;

VII - independência, estrutura e autoridade da instância responsável pela aplicação do Programa de Integridade e fiscalização de seu cumprimento;

VIII - canais de denúncia de irresponsabilidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciadores de boa-fé;

IX - medidas disciplinares em caso de violação do Programa de Integridade;

X - procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidade ou infração detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

XI - ações comprovadas de promoção da cultura ética e de integridade por meio de palestras, seminários, workshops, debates e eventos da mesma natureza.

21.1.4 Para que o Programa de Integridade seja avaliado, a pessoa jurídica deverá apresentar relatório do perfil e relatório de conformidade do Programa ao poder público.

21.5 A pessoa jurídica deverá expor suas alegações, devendo zelar pela completude, clareza e organização das informações prestadas.

21.6 A comprovação deve abranger documentos oficiais, correios eletrônicos, cartas, declarações, correspondências, memorandos, atas de reunião, relatórios, manuais, imagens capturadas da tela do computador, gravações audiovisuais e sonoras, fotografias, ordem de compra, notas fiscais, registros contábeis ou outros documentos, preferencialmente em meio digital.

21.7 A autoridade responsável poderá realizar entrevistas e solicitar novos documentos para fins de avaliação de que trata o caput deste artigo.

§ 4º O Programa de Integridade meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, não será considerado para fim de cumprimento desta Lei.

21.8 Pelo o descumprimento da exigência prevista nesta Lei, a administração pública do Estado de Goiás, em cada esfera do Poder, aplicará à empresa contratada multa de 0,1% (um décimo por cento), por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato.

21.9 O montante correspondente à soma dos valores básicos da multa moratória será limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

21.10 O cumprimento da exigência estabelecida nesta Lei, mediante atestado da autoridade pública da existência e aplicação do Programa de Integridade, fará cessar a aplicação da multa.

21.11 O cumprimento extemporâneo da exigência da implantação não implicará indébito da multa aplicada.

21.12 A multa definida no caput não exclui a incidência e a exigibilidade do cumprimento das obrigações fiscais no âmbito do Estado de Goiás.

21.13 O não cumprimento da obrigação implicará a inscrição da multa em dívida ativa da pessoa jurídica sancionadora e justa causa para rescisão contratual, com incidência cumulativa de cláusula penal, e impossibilidade de contratação da empresa com administração pública do Estado de Goiás, de qualquer esfera do Poder, pelo período de 02 (dois) anos ou até efetiva comprovação de implantação e aplicação do Programa de Integridade.

22 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 Após a apresentação da proposta, não será admitida retificação quanto à cotação, ficando a proponente sujeita às condições, prazo de entrega, garantia, marca do material e preço proposto para cumprimento do contrato.

22.2 A apresentação da proposta vincula o licitante proponente aos termos e condições gerais e especiais deste instrumento convocatório, funcionando como manifestação de inteira aceitação e submissão às normas ora estabelecidas.

22.3 Havendo interesse do poder público, o presente instrumento poderá ter reduzida ou aumentada a sua quantidade (respeitados os limites estabelecidos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93), sem que caiba aos proponentes qualquer direito à indenização ou reclamação, nos termos da Lei pertinente, observado o disposto no item 13.5 deste Edital.

22.4 Em observação à Resolução CODEFAT-224/99, obedecidas às exigências legais, recomendamos que as contratações dos trabalhadores pelas licitantes vencedoras sejam intermediadas pelo SINE/GO.

22.5 As dúvidas oriundas deste Edital serão dirimidas de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Estadual nº 17.928/12, e na omissão desta, pelas demais emendas Federais, e pela Comissão de Licitação da Secretaria de Educação.

22.6 As dúvidas surgidas, serão sanadas diretamente à sala de licitação, situada na Quinta Avenida, Qd. 71, nº 212, Setor Leste Vila Nova, nesta capital, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h em dias úteis, ou, E-mail: licitacao@seduc.go.gov.br

22.7 É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da Proposta;

22.8 O representante só poderá manifestar durante o procedimento licitatório caso apresente no Envelope 01(documentação), Procuração pública ou particular passada pela licitante, assinada por quem de direito, outorgando ao seu representante poder para responder por ele e tomar as decisões que julgar necessárias, durante o procedimento da habilitação e abertura das propostas, inclusive poderes para recorrer e renunciar a interposição de recursos administrativos.

22.9 Para conhecimento dos interessados, expediu-se o presente edital, que terá o Aviso de Licitação afixado no quadro próprio de avisos da Comissão de Licitação da SEDUC/GO, localizado na Quinta Avenida, Qd. 71, nº 212, Setor Leste Vila Nova, nesta Capital, bem como, publicação no Diário Oficial do Estado – DOE, Jornal de Grande Circulação, e, Diário Oficial da União – DOU, conforme o caso, estando a Comissão de Licitação à disposição dos interessados no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, nos dias úteis, pelo e-mail: licitacao@seduc.go.gov.br

22.10 A não solicitação de informações complementares, por parte das proponentes interessadas, implica na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.

22.11 O foro para dirimir quaisquer questões oriundas da execução do presente Contrato é o da Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, excluindo qualquer outro.

22.12 A não solicitação de informações complementares, por parte das proponentes interessadas, implica na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos 28 dias do mês de dezembro de 2021.

Alessandra Batista Lago

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I – PROJETO BÁSICO**1. INTRODUÇÃO****1.1. Finalidade**

O presente Projeto Básico tem por finalidade estabelecer os **REQUISITOS MÍNIMOS** e fixar condições a serem observadas para a contratação de empresa especializada para executar obras de construção civil, para atender à Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC-GO), descrevendo e disciplinando todos os procedimentos e critérios que estabelecerão o relacionamento técnico entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

1.2. Objeto

Contratação de empresa especializada em prestar Serviços de Construção Civil, conforme Projetos, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico e Financeiro.

Assunto: **Reforma e Ampliação Anexo 2 – Condomínio e Centralizada (SEDUC).**

Unidade: **Anexo 2 (Condomínio) e Centralizada (SEDUC).**

Endereço: **Quinta Avenida, Nº 212, Setor Leste Vila Nova.**

Município: **Goiânia-GO.**

Coordenação Regional de Educação – CRE: **GOIÁS**

1.3. Justificativa

A presente contratação justifica-se devido à necessidade de haver no local uma reforma geral da unidade para recuperação da infraestrutura existente e atendimento às novas necessidades dos usuários, necessitando-se ainda para atendimento destes: implantação de novas edificações. O CONDOMÍNIO (ANEXO 2), atual sede de parte das instalações da SEDUC, trata-se de um conjunto de edificações antigas que atualmente apresentam vários problemas, entre eles: infiltração, piso quebrado, banheiros danificados, instalações elétricas precárias, problemas com captação de água, esquadrias quebradas e/ou enferrujadas, entre outros problemas identificados no local. Com o intuito de solucionar os problemas relatados, oferecer conforto e praticidade aos usuários e ainda melhorar o desempenho e vida útil da edificação foram propostos serviços que vão desde troca de piso, cobertura, captação das águas pluviais, mudanças de layout, troca de esquadrias, instalações elétricas, reforma geral sanitários com atendimento às normas de acessibilidade, instalações hidráulicas, propomos ainda projeto de combate incêndio, reforma geral dos espaços e suas circulações, contemplando passarelas, rampas acessíveis, piso tátil, reforma geral do estacionamento e paisagismo. Já na parte da CENTRALIZADA - SEDUC, propomos serviços pontuais e de reparo para melhor atender ao usuário, são eles: passarelas cobertas, reforma de coberturas, beirais, passeios com acessibilidade, reforma sanitários em geral para atendimento à NBR 9050 e coberturas de acesso entre as edificações; Foram ainda contemplados neste projeto a implantação de novas EDIFICAÇÕES para atendimento aos servidores e comunidade, são elas: ACADEMIA integrando à quadra de esportes e vestiários existentes, e o ESPAÇO DE DESCOMPRESSÃO, ambos com o objetivo de promover o bem estar e saúde do servidor; GALPÃO, GUARITA DE SERVIÇOS e infraestrutura necessária para acesso caminhões de serviços, além de armazenamento e depósito de materiais dentro da sede; BLOCO DE MOTORISTAS, em atendimento às suas necessidades específicas; e a implantação e um REFEITÓRIO, comum à todas edificações, que atendesse todos os servidores em suas refeições pronta, além de ser um espaço de múltiplas funções, como: recepção de eventos, espaço e reuniões entre outros. Todo projeto foi desenvolvido e pensado nas necessidades do usuário, melhoria de desempenho da edificação, acessibilidade, segurança, aproveitamento, qualidade e custo benefício.

1.4. A Obra

A obra contempla uma área total de 13.682,06 m², sendo: 11.914,33 m², Reforma das edificações existentes; 1.777,59 m² de Ampliação com novas edificações, são elas: passarelas cobertas, refeitório, academia, guarita serviços, galpão, bloco descompressão e bloco motoristas.

TIPO DE OBRA	TIPO DE REGIME DE EXECUÇÃO ADOTADA
AMPLIAÇÃO E REFORMA	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

2. DAS DEFINIÇÕES DOS MÉTODOS**2.1. Definições e siglas**

2.1.1. ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;

CONTRATADA: é a pessoa jurídica signatária do contrato com a SEDUC-GO;

2.1.2. CONTRATANTE: é a Secretaria de Estado da Educação de Goiás, denominada por SEDUC-GO;

2.1.3. LICITANTE: Pessoa física ou jurídica habilitada para participar do processo licitatório e ofertar lances;

2.1.4. NBR: Norma Brasileira Regulamentadora.

2.1.5. NR: Norma Regulamentadora.

2.1.6. SEDUC-GO: Secretaria de Estado da Educação de Goiás.

2.1.7. CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

2.1.8. CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

2.1.9. CAU: Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

2.1.10. ART: Anotação de Responsabilidade Técnica.

2.1.11. RRT: Registro de Responsabilidade Técnica.

2.1.12. TCE: Tribunal de Contas do Estado.

TCU: Tribunal de Contas da União.

2.2. Normas

Normativos a serem adotados:

- 2.2.1. NBR 7480/2007 – Aço destinado à Armaduras de Concreto Armado – Especificações;
- 2.2.2. NBR 6118:2007 - Projeto de estruturas de concreto – Procedimento;
- 2.2.3. NBR 11.682-2009 – Estabilidades de encostas (muro de arrimo);
- 2.2.4. NBR 5671/1990 – Participação dos Intervenientes em serviços de obras de Engenharia e Arquitetura;
- 2.2.5. NBR 5681/1980 – Controle Tecnológico da Execução de Aterros em obras de Edificações;
- 2.2.6. NBR 6489/1984 – Prova de Carga Direta sobre terreno de Fundação;
- 2.2.7. NBR 7678/1983 – Segurança em Obras;
- 2.2.8. NBR 12.654/1992 – Controle Tecnológico de Materiais Componentes do Concreto;
- 2.2.9. NBR 12.655/1996 – Concreto – Preparo, Controle e Recebimento;
- 2.2.10. NBR 5410:2004 Versão Corrigida: 2008 - Instalações elétricas de baixa tensão;
- 2.2.11. NBR 6151 - Proteção contra choques elétricos;
- 2.2.12. NBR 5419 - Proteção de estrutura contra descargas atmosféricas;
- 2.2.13. NBR 5626/1998 – Instalações de Água Fria;
- 2.2.14. NBR 10844/1989 – Instalações Prediais de águas Pluviais;
- 2.2.15. NBR 8160/1999 – Instalações Prediais de Esgoto Sanitário;
- 2.2.16. NR-10 c/c o art. 2º, II, "c", da Lei nº 19.145 de 29/12/2015;
- 2.2.17. ABNT NBR 9050/2015 – Acessibilidade às Edificações.

Obs.: Esta lista de normas não exaure a necessidade de observações de normas estaduais, municipais, trabalhistas, de segurança e outras envolvidas na realização do escopo deste Projeto Básico.

3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 3.1. A Empresa licitante deverá ter CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);
- 3.2. A Empresa licitante deverá ser habilitada perante a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC-GO).
- 3.3. A Empresa licitante deverá apresentar certidão de registro no CREA e/ou CAU, bem como certidões de regularidades de pessoa física e jurídica do profissional responsável pela empresa e seus serviços.
- 3.4. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA e/ou CAU do Estado de Goiás, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.
- 3.5. A Empresa licitante deverá comprovar que possui o registro em seu quadro técnico, na data da entrega dos documentos de habilitação, de profissionais com experiência comprovada ou devidamente reconhecida, pela entidade profissional competente relacionada às características dos serviços limitados à parcela de maior relevância solicitada junto ao Edital (Engenheiro Civil ou Arquiteto).
- 3.6. A Empresa licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, em nome do profissional responsável técnico pela empresa proponente, relacionada às características dos serviços limitados à parcela de maior relevância solicitada junto ao Edital.
- 3.7. As comprovações de vínculos entre os profissionais e a empresa licitante poderão ser comprovadas através de:
 - a) Relação empregatícia por carteira de trabalho e previdência social – CTPS: identificação de seu portador, página relativa ao seu contrato de trabalho ou livro de registro de empregado autenticado pela Delegacia Regional do Trabalho, ou;
 - b) Contrato de prestação de serviço de profissional autônomo, que esteja devidamente registrado junto ao CREA e/ou CAU, com atribuições compatíveis com a característica dos serviços a serem licitados, ou;
 - c) Sócios ou Diretores estatutários da empresa licitante, por meio de estatuto ou contrato social, que tenham o registro junto ao CREA e/ou CAU.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

A Empresa a ser contratada, deverá ter qualificação e entendimento para executar serviços de construção civil conforme descrição deste objeto, alinhando os seguintes serviços:

4.1. 01 REFORMA SANITÁRIOS - BLOCO C: DEMOLIR:

- Demolir bancada em granito, cubas embutir, torneiras e complementos;
- Demolir vasos sanitários, válvula descarga, lavatórios sem coluna e mictórios existentes;
- Demolir portas metálica indicada conforme indicadas 65x180cm e maçanetas;
- Demolir trechos alvenaria conforme indicado;
- Demolir piso e revestimento cerâmico;
- Retirada barras de apoio existente com aproveitamento.
- Remoção pintura esquadrias existentes;

CONSTRUIR:

- Executar bancada em granito e cubas embutir, conforme projeto, torneiras bica baixa de pressão e complementos;
- Executar impermeabilização áreas molhadas; - Executar piso e revestimento em porcelanato
- h=2,04 m acompanhando box existentes;
- Executar reboco, emassamento e pintura acrílica acima do revestimento até o teto conforme especificado;
- Executar 02 portas metálica, padrão PF10 - 85x180 cm;
- Executar pintura metálicas esquadrias existentes e novas;
- Executar vasos sanitários, mictórios, válvulas descarga, duchas higiênicas e válvula de descarga acessível box PCD;
- Executar lavatório de canto sem coluna e torneira de alavanca
- conforme especificação e torneira de alavanca;

- Executar espelhos;
- Executar soleira em granito
- ver dimensões projeto;
- Executar divisórias mictório em granito
- 40x120cm - 02 unidades;
- Executar novas maçanetas alavanca portas de acesso
- conforme padrão; -

Executar instalação de barras de apoio existentes e novas conforme projeto;

- Executar forro de gesso acartonado com tabica 5cm, e sanca iluminada;
- Executar emassamento e pintura gesso;

4.2. 02 REFORMA SANITÁRIOS - BLOCO I:

DEMOLIR:

- Demolir bancada em granito, cubas embutir, torneiras e complementos;
- Demolir vasos sanitários, válvulas descarga, lavatório sem coluna e mictórios existentes;
- Demolir portas metálicas indicada conforme indicada, 95x210cm e 65x180cm;
- Demolir piso e revestimento cerâmico;
- Demolir forro PVC com estrutura;
- Retirada barras de apoio existente com aproveitamento.
- Remoção pintura esquadrias existentes;
- Demolir trecho alvenaria para aumentar abertura;

CONSTRUIR:

- Executar bancada em granito e cubas embutir, conforme projeto, torneiras bica baixa de pressão e complementos;
- Executar parede nova em alvenaria, parte rebocada e emassada e parte no emboço para revestimento em porcelanato (h=1,80m)
- Executar impermeabilização áreas molhadas;
- Executar piso e revestimento em porcelanato - h=1,80m acompanhando box existentes;
- Executar pintura acrílica acima do revestimento;
- Executar 02 portas metálica, padrão PF01 - 85X210cm;
- Executar pintura metálicas esquadrias existentes e novas;
- Executar vasos sanitários, válvulas descarga, mictórios, duchas higiênicas e válvula de descarga acessível box PCD;
- Executar lavatório de canto sem coluna e torneira acessível de alavanca- conforme especificação;
- Executar espelhos;
- Executar divisórias e soleira em granito fazendo o devido chanfro entre desnível circulação e banheiros;
- Executar forro de gesso acartonado com tabica, e sanca iluminada - conforme projeto, emassamento e pintura pva;
- Executar instalação de barras de apoio existentes e novas conforme projeto;

4.3. 03 REFORMA SANITÁRIOS - BLOCO G:

DEMOLIR:

- Demolir bancada em granito;
- Demolir vasos sanitários, válvula descarga, cubas embutir, torneiras;
- Demolir piso e revestimento cerâmico;
- Demolir maçanetas portas de acesso;
- Remoção pintura esquadrias existentes;

CONSTRUIR:

- Executar bancada em granito e cubas embutir conforme projeto, torneiras bica baixa de pressão e complementos;
- Executar impermeabilização áreas molhadas;
- Executar piso e revestimento em porcelanato (ver legenda especificação) - h=2,0m acompanhando boxes existentes;
- Executar pintura acrílica acima do revestimento;
- Executar pintura metálica esquadrias existentes;
- Executar vasos sanitários, válvulas descarga, duchas higiênicas;
- Executar espelhos c/ moldura (100x50cm) sobre bancada e espelho a ser fixado na parede - ver dimensões no projeto;
- Executar soleira em granito;
- Executar novas maçanetas portas de acesso - conforme padrão;
- Executar pintura laje;

4.4. 04 REFORMA SANITÁRIOS - BLOCO H:

DEMOLIR:

- Demolir bancadas de granito;
- Demolir lavatório sem coluna, vasos sanitários, válvula descarga, cubas embutir, torneiras, mictórios e ralo existentes;
- Demolir piso e revestimento cerâmico;
- Demolir maçanetas das portas de acesso;
- Retirada com aproveitamento das barras de apoio existentes;
- Remoção pintura esquadrias existentes;

CONSTRUIR:

- Executar parede box em alvenaria, chapisco e emboço (h=2,0m)
- Executar bancada em granito, cubas embutir, torneiras de pressão e complementos;

- Executar vasos sanitários, válvulas descarga, duchas higiênicas e válvula de descarga acessível box PCD;
- Executar lavatório de canto sem coluna e torneira de alavanca
- conforme especificação;
- Executar espelhos;
- Executar ralo;
- Executar soleiras em granito;
- Executar impermeabilização de áreas molhadas
- Executar piso e revestimento (h=2,0m) conforme especificado;
- Executar porta metálica, padrão PF10 - 85x180cm;
- Executar pintura PVA na laje e pintura acrílica na parede acima do revestimento;
- Executar pintura esquadrias existentes e novas;
- Executar novas maçanetas portas de acesso - conforme padrão;
- Executar instalação de barras de apoio existentes e novas conforme projeto;

4.5. 05 REPAROS DEPÓSITO DE LIVROS:

- Demolir forro PVC existente com estrutura;
- Executar remoção pintura portões;
- Executar novo forro de gesso anti-chamas, com estrutura, tabicado, emassado e pintado;
- Executar pintura externa texturizada; - Executar limpeza telhado;
- Executar reboco muro interno, trechos que faltam e pintura texturizada;
- Executar pintura portões;

4.6. 06 REFORMA COBERTURA - BLOCO E:

- Demolir telha fibrocimento e estrutura de madeira;
- Executar estrutura metálica e pintura;
- Executar ISOTELHA trapezoidal e cumeeira - conforme proposta telhado;
- Executar pintura interna e externa da edificação conforme memorial padrão;

4.7. 07 REFORMA BLOCO F - COBERTURA E PISO:

- Demolir telha cerâmica e estrutura de madeira;
- Demolir forro de gesso acartonado com estrutura;
- Demolir lastro e piso cerâmico existente; -
- Demolir paredes de gesso acartonado;
- Retiradas de porta com aproveitamento;
- Executar novo telhado em estrutura metálica e pintura;
- Executar ISOTELHA trapezoidal e cumeeiras;
- Executar novo forro de gesso acartonado, tabicado com estrutura, emassamento e pintura;
- Executar novo lastro de concreto;
- Executar piso e rodapé (h=7cm) granitina;
- Executar raspagem e aplicação de resina;
- Executar novas paredes em gesso acartonado com vão, emassamento e pintura - conforme memorial;
- Executar instalação portas;

4.8. 08 REFORMA COBERTURA - BLOCO H:

- Demolir telha fibrocimento;
- Demolir rufos danificados;
- Executar nova telha em fibrocimento;
- Executar novos rufos metálicos;
- Executar pingadeira nas platibandas;

4.9. 09 COBERTURAS:

- Executar limpeza nos telhados existentes: A, B, C, D, I, G, L, J e passarelas existentes;

4.10. 10 BEIRAL - BLOCO B,C:

- Demolir beiral de forro PVC com estrutura;
- Executar fechamento do beiral em placas de ACM branco fosco, (ver detalhe genérico 02); com estrutura em metalon para fixação das placas;
- Executar limpeza telhado;

4.11. 11 ESTACIONAMENTO:

- Demolir grades metálicas existentes indicadas;
- Demolir piso de concreto despenado e bancos de concreto indicados;
- Demolir alvenaria, tampa e grades metálicas - casa de bombas;
- Piscinas a serem desativadas pela GOINFRA.
- Demolir cobertura e estrutura metálica;

4.12. 12 IMPLANTAÇÃO - BLOCO ESPAÇO DE DESCOMPRESSÃO:

- Demolição trecho calçada;
- Regularização Terreno;
- Apiloamento terreno;

4.13. 13 BLOCO: ESPAÇO DE DESCOMPRESSÃO:

- Executar implantação bloco espaço de descompressão, conforme projeto :Ver detalhe 13;

4.14. 14 FACHADA-MURO:

- Demolir muro de alvenaria, deixando a base - h=15cm;
- Demolir trechos da base para fundação dos pilares da grade;
- Demolir portões de acesso indicados;
- Executar grades com pilares metálicos, padrão GOINFRA GF02, conforme indicado;
- Executar portão de acesso serviços, e portões de acesso guarita conforme indicados seguindo padrão da grade GOINFRA GF02;
- Executar pintura esquadrias metálicas com fundo anticorrosivo;
- Executar reboco - trechos muros da fachada apenas chapiscado;
- Executar pintura muros fachada em pintura texturizada; e muros divisa terreno em pintura acrílica;

4.15. 15 IMPLANTAÇÃO - BLOCO GUARITA ENTRADA SERVIÇOS:

- Regularização Terreno;

4.16. 16 BLOCO GUARITA - ENTRADA SERVIÇOS:

- Executar implantação bloco guarita conforme projeto :VER DETALHE 16;

4.17. 17 IMPLANTAÇÃO - PASS ENTRADA:

- Executar estrutura metálica conforme proposto com acabamento fino em chapa metálica - VER PROJETO ESTRUTURAL ESPECÍFICO;
- Executar pintura com fundo anticorrosivo, cor branco fosco;
- Executar cobertura em placas de policarbonato cristal, conforme especificação e paginação apresentada (verificar disponibilidade e exigências com o fornecedor) - respeitando inclinação mínima exigida pelo fabricante;

4.18. 18 IMPLANTAÇÃO - COBERTURA ENTRADA AUDITÓRIO:

- Executar estrutura metálica conforme proposto com acabamento fino em chapa metálica VER PROJETO ESTRUTURAL ESPECÍFICO;
- Executar pintura com fundo anticorrosivo, cor branco fosco;
- Executar cobertura em placas de policarbonato cristal, conforme especificação e paginação apresentada (verificar disponibilidade e exigências com o fornecedor) - respeitando inclinação mínima exigida pelo fabricante;
- Executar rufo metálico e pintura cor branco fosco;

4.19. 19 REFORMA AUDITÓRIO:**PARTE INTERNA:**

- Remoção pintura esquadrias;
- Demolir forro de gesso acartonado aproveitando a estrutura;
- Executar novo gesso acartonado, tabica e emassamento;
- Executar pintura forro de gesso e laje;
- Executar pintura paredes internas com barrado conforme memorial;
- Executar pintura esquadrias;
- Executar troca de peças de MDF e acabamentos danificadas;
- Executar corrimão fixado na parede;
- Instalações elétricas: aumentar pontos de ar condicionado;

BEIRAIS :

- Demolir calhas intermediária existentes;
- Executar calha nova redimensionada conforme necessidade - NOS BEIRAIS;
- Executar fechamento do beiral em placas de ACM branco fosco, (ver detalhe genérico 03); com estrutura em metalon para fixação das placas;
- Executar instalações hidrossanitárias necessárias;
- Executar limpeza telhado;

4.20. 20 PASSEIO ENTRADA:

- Demolir piso de concreto despenado e meio fio existentes; -
- Executar nova calçada conforme projeto com rebaixos para veículos e meio-fio;
- Executar correção rampa 01, respeitando inclinação 8,33%;
 - Executar guarda-corpo com corrimão e corrimão conforme indicados;

4.21. 21 VESTIÁRIOS - BLOCO L:

- Demolir vasos sanitários, mictórios, válvulas, lavatórios sem coluna, torneiras, registros de chuveiro e complementos existentes;
- Demolir bancada em ardósia e cubas embutir;
- Retirada com aproveitamento de 02 barras de apoio;
- Demolir divisória e banco de alvenaria - sanitários PCD;
- Demolir piso granitina (apenas banheiro PCD) e todo revestimento cerâmico (vestiários e PCD);
- Executar bancada em granito preto são gabriel - 150x50cm, com rodamão e moldura - h=10cm e divisória em granito, 50x80cm
- Executar chuveiros elétricos, registros, vasos sanitários, mictórios, válvula de descarga, cuba embutir, torneira de pressão;
- Executar válvula descarga acessível, ducha higiênica acessível, lavatório de canto e torneira de alavanca acessível, chuveiro elétrico e registro acessível;
- Executar banco e barras de apoio - sanitários PDC;
- Instalar barras de apoio aproveitadas;
- Executar impermeabilização paredes áreas molhadas - faixa 1,0 metro.
- Executar piso e revestimento cerâmico até o teto em porcelanato acetinado cimento queimado 90x90;
- Executar divisórias e soleiras em granito preto são gabriel;
- Executar raspagem, polimento e aplicação de resina piso granitina existente;
- Executar espelhos 40x80 cm sobre bancadas;

4.22. 22 CALÇADA EXTERNA:

- Demolir piso da calçada existente e meio-fio;

- Demolir piso tátil existente;
- Executar regularização e apiloamento terreno;
- Executar meio fio calçada, meio fio do rebaixo p/ acesso veículos com 5cm de altura; e meio fio rebaixo acesso pedestres nivelado com com a rua;
- Executar novo piso de concreto desempenado 5cm, conforme projeto de calçada, respeitando a largura da faixa livre de circulação em 1,50m de largura e rebaixos acessíveis;
- Executar grama nos canteiros;
- Executar pintura calçada - cor cinza claro cor de concreto;
- Executar demarcação entrada amarelo e pintura cinza escuro conforme indicado;

4.23. 23 IMPLANTAÇÃO ACADEMIA:

- Demolir piso de concreto existente e calçada proteção da quadra - trecho intervenção;
- Executar piso de concreto desempenado (entre quadra e academia) conforme nível proposto;
- Executar estrutura de apoio e calhas metálicas, pintadas nas coberturas existentes da quadra - conforme indicado no projeto, para detalhamento ver projeto estrutural específico;
- Executar implantação bloco da academia, conforme nível proposto;
- Executar instalações hidrossanitárias e elétricas necessárias para alimentação bloco;

4.24. 24 BLOCO ACADEMIA:

- Executar implantação bloco guarita conforme projeto :VER DETALHE 24;

4.25. 25 IMPLANTAÇÃO GALPÃO:

- Demolir mureta existente, h=95cm;
- Demolir piso de concreto existente;
- Demolir alambrado, arquibancadas e calçada de proteção da quadra conforme indicado;
- Demolir trecho canaleta e grelhas indicadas;
- Demolir árvores grande e médio porte indicadas;
- Demolir grade e edificação em estrutura metálica existente;
- Demolir trechos calçadas - área de intervenção;
- Executar corte terreno, platôs e talude conforme projeto;
- Executar aterro, regularização e apiloamento do terreno - área de implantação do galpão e área para acesso/estacionamento;
- Executar implantação bloco GALPÃO - de forma que o piso interno acompanhe o nível do piso da quadra (diferença máxima de 2cm de desnível);
- Executar muros de fechamento (galpão-quadra) em bloco de concreto conforme projeto, h= 4,0m;
- Executar piso unindo os blocos da quadra e galpão em concreto laminado com armação em tela de aço soldada nervurada;
- Executar piso em concreto desempenado armação em tela de aço soldada nervurada - na área externa destinado a acesso, carga/descarga e estacionamento dos veículos de carga: (VER PROJETO ESPECÍFICO);
- Executar novas canaleta com grelha conforme projeto e grelhas novas nas canaletas existentes e pintura;
- Executar calha metálica conforme projeto com estrutura metálica para fixação;
- Executar mureta de contenção terreno, chapisco, reboco e pintura - área de carga e descarga, h=60cm;

4.26. 26 BLOCO GALPÃO:

- Executar implantação bloco galpão conforme projeto :Ver detalhe 26;

4.27. 27 PASSARELA SEDUC-CONDOMÍNIO:

- Demolir trechos passeio de concreto desempenado;
- Executar regularização e apiloamento do terreno - todo trecho proposto;
- Executar piso de concreto desempenado - conforme projeto acompanhamento declive do terreno e rampa acessível - conforme projeto; - Executar corrimão rampa, fixado no chão - PADRÃO SEDUC;
- Executar fundação e estrutura metálica: PASSARELA - VER PROJETO ESTRUTURAL;
- Executar pintura estrutura metálica com fundo anticorrosivo;
- Executar telha americana, cumeeira, emboçamento lateral e frontal;
- Executar rufo nos rincões (encontro das passarelas) e calha metálica, conforme indicado;

4.28. 28 IMPLANTAÇÃO REFEITÓRIO:**CALÇADA COZINHA:**

- Demolir trechos calçada indicados;
- Executar muro de arrimo conforme perímetro indicado - VER DETALHE;
- Executar aterro, regularização e apiloamento do terreno e novo piso de concreto desempenado conforme projeto;
- Executar jardim: plantio de grama e vegetação pequeno porte;
- Executar peitoril de alvenaria rebocado e pintura texturizada, h=1,10m, conforme indicado em projeto;

LIXEIRA:

- Executar alvenaria, chapiscada, rebocada e pintada;
- Executar cobertura em laje impermeabilizada;
- Executar portão metálico padrão GOINFRA PT1- 2,40x2,00m e pintura com fundo anti corrosivo;

ÁREA DE SERVIÇO/CIRCULAÇÃO REFEITÓRIO-COZINHA:

- Demolir trecho de muro danificado para implantação do novo refeitório;
- Demolir trecho alvenaria (parede sala 11), para abertura porta;
- Demolir revestimento cerâmico - apoio cozinha;
- Demolir portão metálico e janela;
- Demolir telhado e estrutura antiga área de serviço;
- Demolir 01 tanque;
- Demolir trecho piso de concreto desempenado;

- Executar fechamento aberturas paredes sala 11, chapisco e reboco/emboço;
- Executar trecho muro, padrão GOINFRA, h=3,0m, chapisco, reboco e pintura;
- Executar verga e contraverga nas aberturas;
- Executar fundação, pilares e estrutura metálica para cobertura novo telhado;
- Executar impermeabilização áreas molhadas;
- Executar telha isotérmica com forro;
- Executar calha e rufo no telhado novo - conforme projeto;
- Executar parede tanque, - h=1,50m, com acabamento em revestimento cerâmico;
- Executar revestimento cerâmico até o teto - sala apoio cozinha;
- Executar tanque, torneira, ralo sifonado e complementos necessários;
- Executar regularização do terreno, apiloamento e piso de concreto indicados;
- Executar lastro de concreto para recebimento piso;
- Executar piso de granitina, rodapé, raspagem e aplicação de resina;
- Executar soleira em granito branco siena - conforme indicado;
- Executar canaleta com grelha;
- Executar instalações elétricas e hidrossanitárias necessárias;
- Executar portas padrão PF11-1,50X2,10m, conforme indicado;
- Executar pintura metálica com fundo anticorrosivo esquadrias novas;
- Executar pintura texturizada;

SERVIÇOS IMPLANTAÇÃO:

- Demolir árvores de médio porte indicadas;
- Executar regularização do terreno - área de intervenção da implantação;
- Executar implantação - BLOCO REFEITÓRIO NOVO, conforme projeto;
- Executar instalações elétricas, hidrossanitárias e estruturais necessárias para implantação do bloco do novo refeitório;

4.29. 29 BLOCO REFEITÓRIO:

- Executar implantação bloco refeitório conforme projeto :Ver detalhe 29;

4.30. 30 PASSEIOS E ACESSOS:

- Demolir passeios indicados;
- Executar passeios de pedestre em todo terreno conforme indicados no projeto;
- Executar corrimão de chão, conforme indicado.

4.31. 31 PISO TÁTIL - ver planta pós-modificação:

- Executar rasgo para piso tátil de ladrilho hidráulico - (onde for piso de concreto desempenado);
- Executar piso tátil ladrilho hidráulico, alerta e direcional - onde for área externa ou piso de concreto desempenado;

4.32. 32 TERRENO / PAISAGISMO:

- Executar limpeza terreno;
- Executar plantio de grama - conforme indicado;
- Executar plantio de árvores pequeno e médio porte - conforme indicados;

4.33. 33 ESTACIONAMENTO:

- Demolir trechos meio-fio e piso de concreto desempenado, conforme indicado;
- Demolir todo piso de blocos de concreto;
- Demolir trecho de piso de concreto desempenado (acessos ao bloco 11 e 12)
- Executar novos meios-fios e canteiros conforme projeto;
- Executar regularização terreno, preparação e instalação de blocos de PISO INTERTRAVADO 16 FACES - respeitando o nivelamento com o passeio de pedestre acessível;
- Executar aterro, parte estacionamento motoristas, para correção e nivelamento do terreno, respeitado declive natural;
- Executar piso de concreto desempenado - passeio de pedestres acessível e pintura;
- Executar pintura demarcação vagas estacionamento conforme novo layout proposto;

4.34. 34 RAMPAS:**RAMPA 01:**

- Demolir corrimão existente;
- Demolir piso de concreto desempenado e trechos de alvenaria para correção inclinação rampa;
- Executar regularização do terreno, piso de concreto desempenado e pintura;

RAMPA 02:

- Demolir degraus;
- Executar rampa em tijolo comum, chapiscado, rebocado e pintado, incluindo guia de balizamento nas laterais com altura de 5cm;
- Executar aterro, piso de concreto desempenado, e pintura;

RAMPA 04, 05 E 06:

- Demolir degraus, rampa - trechos indicados;
- Executar corte/aterro do local - conforme inclinação da rampa;
- Executar rampa em tijolo comum, chapiscado, rebocado e pintado, incluindo guia de balizamento nas laterais com altura de 5cm;

RAMPA 07:

- Demolir/Relocar caixas de passagem existentes no local de intervenção;
- Executar rampa conforme projeto;
- Executar fundação/estrutura - rampa;

- Executar alvenaria em tijolo comum, chapiscado, rebocado e pintado, incluindo guia de balizamento nas laterais com altura de 5cm;
- Executar aterro e piso de concreto desempenado;

RAMPA 09:

- Executar rampa incluindo guia de balizamento nas laterais com altura de 5cm;
- Executar guia de fôrma de madeira e preenchimento em concreto;

4.35. 35 GUARDA-CORPO E CORRIMÃO:

- Executar guarda-corpos; corrimão fixados na parede e fixados no chão; e guarda-corpo com corrimão, conforme indicado - nas rampas/escadas e desníveis existentes.

4.36. 36 PISO TÁTIL - ver planta layout:

- Executar rasgo no piso de concreto desempenado, onde for instalar o piso tátil ladrilho hidráulico;
- Executar piso tátil ladrilho hidráulico, alerta e direcional - onde for área descoberta e/ou piso de concreto desempenado;
- Executar piso tátil emborrachado, alerta e direcional - onde for área coberta e/ou piso granitina, cerâmico;

4.37. 37 IMPLANTAÇÃO COBERTURA - sobre rampa 07:

- Executar fundação;
- Executar estrutura cobertura (pilares e pergolado) em estrutura metálica, a ser fixada na estrutura existente e pilares metálicos;
- Executar pintura metálica com fundo anticorrosivo;
- Executar cobertura em placas de policarbonato cristal ou transparente - Inclinação 3%;
- Executar calha metálica e pintura conforme indicado;

4.38. 38 IMPLANTAÇÃO COBERTURA - sobre rampa 08:

- Executar fundação, estrutura metálica e pintura para cobertura - VER PROJETO ESPECÍFICO;
- Para locação do pilar sobre caixa d'água, usar parabol e chapa de base para soldagem e fixação do pilar;
- Executar telha cerâmica tipo americana, cumeeira e emboçamentos laterais e frontais;
- Executar calha metálica conforme indicado;

4.39. 39 MURO:

- Demolir trechos de muro - conforme indicados no projeto;
- Demolir alambrados;
- Demolir portões metálicos de acesso - conforme indicados;
- Executar muro novo, padrão GOINFRA, conforme alturas indicadas em cada trecho;
- Executar chapisco, reboco - muros novos; e reboco nos trechos apenas chapiscados;
- Executar pintura texturizada nos muros da fachada;
- Executar pingadeira de concreto em toda extensão muro e pintura;
- Executar grade metálica e portões indicados, padrão GOINFRA GF02, conforme TIPOS INDICADOS indicados no projeto;
- Executar pinturas esquadrias metálicas com fundo anticorrosivo;

4.40. 40 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:

- Executar reforma geral parte elétrica -VER PROJETO ESPECÍFICO;

4.41. 41 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS:

- Executar captação e escoamento das águas pluviais de todos os telhados;
- Executar poços de infiltração com caixa de recarga;
- Executar novas instalações hidráulicas conforme projetos (ver detalhes dos blocos e sanitários)
- Executar canaleta padrão SEDUC com grelha e pintura- conforme indicado;

4.42. 42 INSTALAÇÕES DE COMBATE À INCÊNDIO - VER PROJETO ESPECÍFICO:

- Executar instalações de prevenção e combate à incêndio - (seguir instruções e dimensionamentos do projeto específico);

4.43. 43 TERRENO:

- Executar limpeza terreno;
- Executar plantio de árvores de pequeno e médio porte;
- Executar grama conforme indicado;
- Executar bancos de concreto padrão GOINFRA, conforme indicado no projeto;

4.44. 44 PISO CIRCULAÇÃO e EXTERNO:**CIRCULAÇÃO:**

- Demolir camada de piso de concreto polido e lastro existentes;
- Demolir piso granitina -circulação bloco 09 danificado;
- Executar mureta de concreto para elevação piso da circulação do bloco 11;
- Executar aterro (onde fizer necessário), regularização e compactação do terreno, mantendo inclinação de 1% para área externa;
- Executar novo lastro de concreto;
- Executar impermeabilização preventiva nos encontros entre piso e parede - faixa 60cm;
- Deixar desnível circulação, piso acabado, mínimo de 1cm e máximo 2cm abaixo das áreas internas;
- Executar piso e rodapé (h=7cm) em granitina - circulação;
- Executar raspagem e aplicação de resina em todo piso granitina (novo e existente);

EXTERNO:

- Demolir piso de concreto (calçada externa bloco 07 e 11);
- Demolir alvenaria floreiras indicadas e terra - bloco 07;
- Executar aterro, regularização, compactação do terreno e novo piso de concreto desempenado - (bloco 07 e 11)
- Executar picoteamento e nova camada de piso de concreto desempenado - trechos a serem aproveitados;
- Executar pintura piso;

4.45. 45 FLOREIRAS:

- Remover terra e vegetações existentes;
- Executar impermeabilização das floreiras e estruturas, piso em contatos existentes;
- Executar pintura epóxi dos canteiros;
- Executar aterro floreiras para recebimento de cobertura vegetal;
- Executar forração de cobertura vegetal;

4.46. 46 PATOLOGIAS ESTRUTURAIS - VER PROJETO ESPECÍFICO:

- Verificar no local patologias estruturais existentes e seguir instruções e dimensionamentos do projeto específico;

4.47. 47 REFORMA COBERTURA - BLOCO 10 E 13:

- Demolir telha fibrocimento e estrutura de madeira;
- Executar telha metálica e estrutura metálica;
- Executar pintura estrutura metálica;
- Executar pingadeira de concreto nos beirais;
- Executar calhas e rufo metálico;

4.48. 48 REFORMA COBERTURA - BLOCO 06:

- Demolir telha autoportante e calhas existentes;
- Demolir telha metálica de fechamento frontal. (h=1,90m);
- Demolir trecho de alvenaria para encaixe telha;
- Executar estrutura metálica para novo telhado;
- Executar ajuste nas alturas dos beirais de tijolo comum para acompanhar inclinação do telhado;
- Executar telha trapezoidal isotérmica - inclinação 5%;
- Executar rufo metálico - conforme indicado e calha metálica;
- Executar pintura estruturas metálicas;
- Executar fechamento frontal em ACM fosco cor alumínio com estrutura;
- Executar forro beirais em gesso acartonado com estrutura, emassado e pintado;
- Executar captação da águas pluviais;

4.49. 49 REFORMA COBERTURA - BLOCO 12:

- Demolir telha fibrocimento, telha canaleta e estrutura de madeira;
- Executar complemento de alvenaria nas platibandas, chapiscado e rebocado;
- Executar estrutura metálica e telha trapezoidal isotérmica;
- Executar pingadeira de concreto nos beirais;
- Executar rufo metálico e calhas conforme indicado e captação das águas pluviais
- Executar emboçamento telhado existente conforme indicado;

4.50. 50 REFORMA COBERTURA - BLOCOS 01,02,03,04,05,07,08,09 E 11:

- Demolir Telha cerâmica e metálica existentes;
- Executar limpeza laje, canaletas de concreto e reparos (faixa de 1,0m;)
- Executar reparo nas lajes parte interna - remoção reboco trechos danificado e execução de novo reboco. (identificar pontos críticos no local);
- Executar, emassamento parcial da laje e pintura - PARTE INTERNA;
- Executar impermeabilização das canaletas de concreto existentes - FAIXA 1,0M;
- Executar calhas metálicas inclinadas rumo aos pontos de captação das águas pluvias - fazendo o devido encabeçamento junto as telhas - faixa 1,0m (VER DETALHE);
- Executar platibanda de alvenaria e rufos metálicos, acompanhando os frontões do telhado - ver detalhe;
- Executar captação e escoamento águas pluviais (VER PROJETO ESPECÍFICO);
- Executar estrutura metálica para cobertura (VER PROJETO ESPECÍFICO) e pintura;
- Executar telha cerâmica tipo americana, cumeeira e emboçamentos;

4.51. 51 BLOCO 01: serviços a serem executados na reforma deste bloco:**LAVABOS:**

- Demolir lastro, piso e revestimentos cerâmicos;
- Demolir lavatório sem coluna, vaso sanitários, válvula descarga, torneira e complementos;
- Executar lastro impermeabilizado e piso cerâmico - porcelanato cimento queimado acetinado 90x90;
- Executar soleira de granito preto são gabriel;
- Executar impermeabilização áreas molhadas - faixa 1,0 m e revestimento cerâmico conforme especificação;
- Executar lavatório suspenso, torneira de pressão, vaso sanitário, válvula descarga e complementos;
- Executar instalação de exaustor de 150mm na esquadria existente.

REFORMA ALVENARIAS:**a) PAREDES EXTERNAS:**

- Executar chapisco, reboco e pintura conforme memorial padrão;
- Na circulação: executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado conforme memorial padrão;

b) PAREDES INTERNAS:

- Demolir paredes indicadas para integração salas;
- Executar fechamento em alvenaria para adequação das aberturas à dimensão das janelas propostas;
- Executar verga nas aberturas com altura modificada;
- Executar costura de trinca (tipo sela-trinca) nas junções entre alvenarias e estruturas de concreto;

- Executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado conforme memorial padrão;
- Garantir a uniformidade das superfícies no cobrimento dos pilares e vigas;

REFORMA ESQUADRIAS:

- Demolir portas em madeira;
- Demolir todas esquadrias do bloco;
- Executar portas metálicas - padrão GOINFRA PF01: 90x210cm e 70x210cm; conforme indicado, com maçanetas de alavanca;
- Executar pintura metálica com fundo anticorrosivo;
- Executar novas janelas em vidro temperado incolor e estrutura branca, VER QUADRO DE ABERTURAS e indicações na planta.

REFORMA PISO INTERNO:

- Demolir piso de cerâmica existente e lastro;
- Executar novo lastro de concreto e piso granitina c/ rodapé h=7cm;
- Executar soleiras em piso granitina chanfradas - vencendo os déníveis;
- Executar raspagem e aplicação de resina;

REFORMA SANITÁRIOS:

- Demolir bancada em granito, cubas embutir, chuveiro, registro, torneiras e complementos;
- Demolir divisórias em granito, saboneteiras e papeléiras em louça;
- Demolir vasos sanitários, válvula descarga, existentes;
- Demolir portas em madeira existentes: dimensões 60x170cm e 80x210cm;
- Demolir lastro, piso e revestimento cerâmico;
- Executar bancada em granito preto são gabriel e cubas embutir, conforme projeto, torneiras bica baixa de pressão e complementos;
- Executar paredes box em tijolo furado, chapisco e emboço;
- Executar impermeabilização paredes áreas molhadas - h=1,0m;
- Executar lastro impermeabilizado, piso e revestimento em porcelanato acetinado cimento queimado 90x90, boxes e paredes até altura viga;
- Executar portas metálicas boxes, padrão PF10, dimensões: 85x180 cm e 65x180cm;
- Executar pintura metálica esquadrias novas - cor preto fosco;
- Executar vasos sanitários, válvulas descarga, duchas higiênicas;
- Executar espelho bisotado sobre bancada;
- Executar soleiras em granito fazendo o devido chanfro para vencer o desnível (quando desnível máximo for até 2cm - usar 50% inclinação);
- Executar instalação de barras de apoio conforme projeto;

4.52. 52 BLOCO 02: serviços a serem executados na reforma deste bloco:**LAVABOS:**

- Demolir lastro, piso e revestimentos cerâmicos;
- Demolir lavatório sem coluna, vaso sanitários, válvula descarga, torneira e complementos;
- Executar lastro impermeabilizado e piso cerâmico - porcelanato cimento queimado acetinado 90x90;
- Executar soleira de granito preto são gabriel;
- Executar impermeabilização áreas molhadas - faixa 1,0 m e revestimento cerâmico conforme especificação;
- Executar lavatório suspenso, torneira de pressão, vaso sanitário, válvula descarga e complementos;
- Executar instalação de exaustor de 150mm na esquadria existente.
- Executar espelho 40x80cm;

REFORMA ALVENARIAS:**a) PAREDES EXTERNAS:**

- Executar chapisco, reboco e pintura - conforme memorial padrão;
- Na circulação: executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado - conforme memorial padrão;

b) PAREDES INTERNAS:

- Demolir paredes indicadas para integração salas;
- Demolir trecho de parede drywall indicado;
- Executar fechamento em alvenaria para adequação das aberturas à dimensão das janelas propostas;
- Executar verga nas aberturas com altura modificada;
- Executar costura de trinca (tipo sela-trinca) nas junções entre alvenarias e estruturas de concreto;
- Executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado - conforme memorial padrão;
- Garantir a uniformidade das superfícies no cobrimento dos pilares e vigas;

REFORMA ESQUADRIAS:

- Demolir portas em madeira;
- Demolir todas esquadrias do bloco;
- Executar portas metálicas - padrão PF01: 90x210cm e 70x210 conforme indicado; com maçanetas de alavanca;
- Executar pintura metálica com fundo anticorrosivo;
- Executar novas janelas em vidro temperado incolor e estrutura branca, VER QUADRO DE ABERTURAS e indicações na planta.

REFORMA PISO INTERNO:

- Demolir piso cerâmico existente e lastro;
- Executar novo lastro de concreto e piso granitina c/ rodapé h=7cm;
- Executar soleiras em piso granitina chanfradas - vencendo os desniveis;
- Executar raspagem e aplicação de resina;

REFORMA SANITÁRIOS:

- Demolir bancada em granito, cubas embutir, torneiras e complementos;
- Demolir divisórias em granito, saboneteiras e papeliras em louça;
- Demolir vasos sanitários, válvula descarga existentes;
- Demolir portas em madeira existentes;
- Demolir trechos alvenaria conforme indicado;
- Demolir lastro, piso e revestimento cerâmico;
- Executar bancada em granito preto são gabriel e cubas embutir, conforme projeto, torneiras bica baixa de pressão e complementos;
- Executar paredes box em tijolo furado, chapisco e emboço;
- Executar trecho parede externa em tijolo comum;
- Executar impermeabilização paredes áreas molhadas - h=1,0m;
- Executar lastro impermeabilizado, piso e revestimento em porcelanato acetinado cimento queimado 90x90, boxes e paredes até altura viga;
- Executar portas metálicas nos boxes, padrão PF10, dimensões: 85x180 cm e 65x180cm;
- Executar pintura metálicas esquadrias novas;
- Executar vasos sanitários, válvulas descarga, mictório, duchas higiênicas e válvula de descarga acessível box PCD;
- Executar lavatório de canto sem coluna - conforme especificação e torneira de alavanca;
- Executar espelhos sobre bancadas;
- Executar soleiras em granito preto são gabriel fazendo o devido chanfro para vencer o desnível (quando desnível máximo for até 2cm - usar 50% inclinação);
- Executar instalação de barras de apoio conforme projeto;

4.53. 53 BLOCO 03: serviços a serem executados na reforma deste bloco:

REFORMA ALVENARIAS:

a) PAREDES EXTERNAS:

- Executar chapisco, reboco e pintura -conforme memorial padrão;
- Na circulação: executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado - conforme memorial padrão;

b) PAREDES INTERNAS:

- Demolir parede de alvenaria indicada;
- Executar fechamento em alvenaria para adequação das aberturas à dimensão das janelas propostas e trechos indicados;
- Executar verga nas aberturas com altura modificada;
- Executar costura de trinca (tipo sela-trinca) nas junções entre alvenarias e estruturas de concreto;
- Executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado conforme memorial;
- Garantir a uniformidade das superfícies no cobrimento dos pilares e vigas;

REFORMA ESQUADRIAS:

- Demolir portas em madeira;
- Demolir todas esquadrias do bloco;
- Executar portas metálicas - padrão PF01: 90x210cm; conforme indicado; com maçanetas de alavanca;
- Executar pintura metálica com fundo anticorrosivo;
- Executar novas janelas em vidro temperado incolor e estrutura branca, VER QUADRO DE ABERTURAS e indicações na planta.

REFORMA PISO INTERNO:

- Demolir piso de cerâmica existente e lastro;
- Executar novo lastro de concreto e piso granitina c/ rodapé h=7cm;
- Executar soleiras em piso granitina chanfradas - vencendo os deníveis;
- Executar raspagem e aplicação de resina;

REFORMA SANITÁRIOS:

- Demolir bancada em granito, cubas embutir, chuveiro, registro, torneiras e complementos;
- Demolir divisórias em granito, saboneteiras e papeliras em louça;
- Demolir vasos sanitários, válvula descarga existentes;
- Demolir portas em madeira existentes;
- Demolir lastro, piso e revestimento cerâmico;
- Executar bancada em granito preto são gabriel e cubas embutir, torneiras bica baixa de pressão e complementos;
- Executar paredes box em tijolo furado, chapisco e emboço;
- Executar impermeabilização paredes áreas molhadas - h=1,0m;
- Executar lastro impermeabilizado, piso e revestimento em porcelanato acetinado cimento queimado 90x90, boxes e paredes até altura viga;
- Executar portas metálicas nos boxes, padrão PF10 - 85x180 cm e 65x180cm;
- Executar pintura metálicas esquadrias novas;
- Executar vasos sanitários, válvulas descarga, duchas higiênicas;
- Executar espelhos sobre bancadas;
- Executar soleiras em granito preto são gabriel, fazendo o devido chanfro para vencer o desnível (quando desnível máximo for até 2cm - usar 50% inclinação);
- Executar instalação de barras de apoio conforme projeto;

4.54. 54 BLOCO 04: serviços a serem executados na reforma deste bloco:

REFORMA COZ. COPA E ÁREA DE SERVIÇO:

- Demolir revestimento cerâmico das paredes existentes;
- Demolir bancadas de granito, cubas inox, torneiras e complementos;
- Demolir alvenaria indicada;

REFORMA ALVENARIAS:

a) PAREDES EXTERNAS:

- Executar chapisco, reboco e pintura -conforme memorial padrão;
- Na circulação: executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado
- conforme memorial padrão;

b) PAREDES INTERNAS:

- Demolir paredes indicadas para integração salas;
- Executar fechamento em alvenaria para adequação das aberturas à dimensão das janelas propostas e trechos indicados;
- Executar verga nas aberturas com altura modificada;
- Executar costura de trinca (tipo sela-trinca) nas junções entre alvenarias e estruturas de concreto;
- Executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado conforme memorial;
- Garantir a uniformidade das superfícies no cobrimento dos pilares e vigas;

REFORMA ESQUADRIAS:

- Demolir portas em madeira;
- Demolir todas esquadrias do bloco;
- Executar portas metálicas - padrão PF01: 90x210cm; conforme indicado; com maçanetas de alavanca;
- Executar pintura metálica com fundo anticorrosivo;
- Executar novas janelas em vidro temperado incolor e estrutura branca, VER QUADRO DE ABERTURAS e indicações na planta.

REFORMA PISO INTERNO:

- Demolir piso de cerâmica existente e lastro;
- Executar novo lastro de concreto e piso granitina c/ rodapé h=7cm;
- Executar soleiras em piso granitina chanfradas - vencendo os desníveis;
- Executar raspagem e aplicação de resina;

4.55. 55 BLOCO 05: serviços a serem executados na reforma deste bloco:

REFORMA ALVENARIAS:

a) PAREDES EXTERNAS:

- Executar chapisco, reboco e pintura conforme memorial padrão;
- Na circulação: executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado;

b) PAREDES INTERNAS:

- Demolir paredes indicadas para integração salas;
- Executar fechamento em alvenaria para adequação das aberturas à dimensão das janelas propostas e trechos indicados;
- Executar verga nas aberturas com altura modificada;
- Executar costura de trinca (tipo sela-trinca) nas junções entre alvenarias e estruturas de concreto;
- Executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado conforme memorial padrão;
- Garantir a uniformidade das superfícies no cobrimento dos pilares e vigas;

REFORMA ESQUADRIAS:

- Demolir portas em madeira;
- Demolir todas esquadrias do bloco;
- Executar portas metálicas - padrão PF01: 90x210cm e 100x210cm conforme indicado; com maçanetas de alavanca;
- Executar pintura metálica com fundo anticorrosivo;
- Executar novas janelas em vidro temperado incolor e estrutura branca, VER QUADRO DE ABERTURAS e indicações na planta.

REFORMA PISO INTERNO:

- Demolir piso de cerâmica existente e lastro;
- Executar novo lastro de concreto e piso granitina c/ rodapé h=7cm;
- Executar soleiras em piso granitina chanfradas - vencendo os desníveis;
- Executar raspagem e aplicação de resina;

4.56. 56 BLOCO 06: serviços a serem executados na reforma deste bloco:

a) PAREDES EXTERNAS:

- Executar chapisco, reboco e pintura -conforme memorial padrão;
- Na circulação: executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado - conforme memorial padrão;

b) PAREDES INTERNAS:

- Demolir trecho de alvenaria indicado para abertura janela;
- Executar fechamento em alvenaria para adequação das aberturas à dimensão das janelas propostas e trechos indicados;
- Executar verga e contraverga nas aberturas com altura modificada;
- Executar costura de trinca (tipo sela-trinca) nas junções entre alvenarias e estruturas de concreto;
- Executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado, conforme memorial padrão - paredes de alvenaria;
- Executar paredes internas em gesso acartonado comum, com vãos e reforço para instalação de ar- condicionado. (ver locação projeto elétrico);
- Executar emassamento e pintura com barrado conforme memorial padrão - paredes de gesso acartonado;
- Garantir a uniformidade das superfícies no cobrimento dos pilares e vigas;

REFORMA ESQUADRIAS:

- Demolir portas em madeira indicadas e portas de correr com vidro indicadas;
- Demolir todas as janelas existentes;
- Executar portas em vidro temperado 120x210cm - conforme indicado;
- Executar porta metálica padrão GOINFRA PF01 - 85x210 cm, conforme indicado;

- Executar pintura metálica com fundo anticorrosivo - portas metálicas;
- Executar novas janelas em vidro temperado incolor e estrutura branca, VER QUADRO DE ABERTURAS e indicações na planta.

REFORMA PISO:

- Demolir piso de concreto e aterro dos degraus em piso elevado - conforme indicado para regularização do nível do piso;
- Demolir lastro e piso cerâmico - depósito;
- Executar regularização do terreno, apiloamento e lastro de concreto;
- Executar piso granitina e rodapé (h=7cm), raspagem e aplicação de resina.

FORRO:

- Demolir forro PVC c/ estrutura existente;
- Executar forro de gesso acartonado com estrutura, emassamento e pintura;
- Executar tabica 5cm;

4.57. 57 BLOCO 07: serviços a serem executados na reforma deste bloco:

REFORMA ALVENARIAS:**a) PAREDES EXTERNAS:**

- Executar chapisco, reboco e pintura conforme memorial padrão;
- Na circulação: executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado, conforme memorial padrão;

b) PAREDES INTERNAS:

- Demolir revestimento cerâmico, bancada, cuba inox, torneira e complementos existentes;
- Demolir divisórias drywall com portas existentes;
- Demolir trechos de alvenaria indicada - sem interferir na estrutura existente;
- Executar costura de trinca (tipo sela-trinca) nas junções entre alvenarias e estruturas de concreto;
- Executar fechamento em alvenaria para adequação das aberturas à dimensão das janelas propostas e dos trechos indicados;
- Executar verga nas aberturas com altura modificada;
- Executar divisórias internas em gesso acartonado comum com reforço para instalação ar condicionado (ver locação projeto elétrico);
- Executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado, conforme memorial padrão - paredes de alvenaria;
- Executar emassamento e pintura com barrado conforme memorial padrão - paredes de gesso acartonado.
- Garantir a uniformidade das superfícies no cobrimento dos pilares e vigas;

REFORMA ESQUADRIAS:

- Demolir portas em madeira;
- Demolir todas esquadrias do bloco;
- Executar portas metálicas - padrão PF01: 90x210cm e 100x210cm conforme indicado; com maçanetas de alavanca;
- Executar pintura metálica com fundo anticorrosivo;
- Executar novas janelas em vidro temperado incolor e estrutura branca, VER QUADRO DE ABERTURAS e indicações na planta.

REFORMA PISO INTERNO:

- Demolir piso de cerâmica, bases de alvenaria indicadas existente e lastro;
- Executar novo lastro de concreto e piso granitina c/ rodapé h=7cm;
- Executar soleiras em piso granitina chanfradas - vencendo os desníveis;
- Executar raspagem e aplicação de resina;

4.58. 58 BLOCO 08: serviços a serem executados na reforma deste bloco:

REFORMA ALVENARIAS:

- Executar pintura estrutura acrílica fosca cor cinza conforme memorial padrão;

4.59. 59 BLOCO 09: serviços a serem executados na reforma deste bloco:

REFORMA SANITÁRIOS: -

Demolir bancada em granito, cubas embutir, chuveiro, registro, torneiras e complementos;

- Demolir divisórias em granito;
- Demolir vasos sanitários, válvula descarga e mictórios existentes;
- Demolir portas metálicas existentes: P3 e P4 e portas de madeira P2;
- Demolir lastro, piso, soleiras e revestimento cerâmico;
- Demolir trecho alvenaria para aumento abertura banheiros;
- Demolir barras de apoio existente fora do padrão;
- Executar bancada em granito preto são gabriel e cubas embutir, conforme projeto, torneiras bica baixa de pressão e complementos;
- Executar paredes box em tijolo furado, chapisco e emboço - H=2,0M;
- Executar impermeabilização paredes áreas molhadas (h=1,0m);
- Executar lastro impermeabilizado, piso e revestimento em porcelanato acetinado cimento queimado 90x90 nos boxes e paredes até altura viga;
- Executar portas metálicas nos boxes, padrão PF10 - 85x180 cm e 65x180cm;
- Executar pintura metálicas esquadrias novas;
- Executar vasos sanitários, válvulas descarga, mictórios, duchas higiênicas e válvula de descarga acessível box PCD;
- Executar lavatório de canto sem coluna - conforme especificação e torneira acessível;
- Executar espelho 80x40cm;
- Executar divisórias de granito e soleiras preto são gabriel fazendo o devido chanfro par vencer o desnível;
- Executar instalação de barras de apoio conforme projeto;

REFORMA COZ. COPA E ÁREA DE SERVIÇO:

- Demolir tanque existente;

- Demolir revestimento cerâmico parede tanque, cozinha e cantina;
- Demolir bancadas de granito, cubas inox, torneiras e complementos
- cozinha e cantina;
- Demolir lastro e piso cerâmico;
- Executar tanque novo;
- Executar impermeabilização áreas molhadas - paredes h=1,0m;
- Executar revestimento cerâmico conforme memorial padrão, até a viga e parede muro;
- Executar bancadas em granito preto são gabriel - conforme projeto com rodamão e moldura de 10cm;
- Executar cuba e inox embutir para pia, torneira e complementos;
- Executar mola aérea nas portas;
- Executar tela mosquiteiro nas janelas;

REFORMA ALVENARIAS:**a) PAREDES EXTERNAS:**

- Executar chapisco, reboco e pintura conforme memorial padrão;
- Na circulação: executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado - conforme memorial padrão;

b) PAREDES INTERNAS:

- Demolir trechos de alvenaria para adequação das aberturas às janelas propostas;
- Executar fechamento em alvenaria para adequação das aberturas à dimensão das janelas propostas e trechos indicados;
- Executar verga nas aberturas com altura modificada;
- Executar costura de trinca (tipo sela-trinca) nas junções entre alvenarias e estruturas de concreto;
- Executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado
- conforme memorial padrão;
- Garantir a uniformidade das superfícies no cobrimento dos pilares e vigas;

REFORMA ESQUADRIAS:

- Demolir portas metálicas e em madeira indicadas;
- Demolir todas janelas do bloco;
- Executar portas metálicas - padrão PF01: 85x210cm; conforme indicado; com maçanetas de alavanca;
- Executar pintura metálica com fundo anticorrosivo;
- Executar novas janelas em vidro temperado incolor e estrutura branca, sendo: janelas altas - tipo basculante; e demais janelas - de correr 4 folhas; Ver dimensões indicadas na planta;

REFORMA PISO INTERNO:

- Demolir piso de cerâmica existente e lastro;
- Executar novo lastro de concreto e piso granitina c/ rodapé h=7cm;
- Executar soleiras em piso granitina chanfradas - vencendo os desníveis;
- Executar raspagem e aplicação de resina;

REFORMA MURO:

- Demolir portão 67x200cm;
- Executar chapisco, reboco pintura - conforme memorial padrão;
- Executar portão, padrão GOINFRA PT3- 70x 200cm e pintura;

4.60. 60 BLOCO 10: serviços a serem executados na reforma deste bloco:**REFORMA ALVENARIAS:****a) PAREDES INTERNAS:**

- Executar pintura acrílica;

b) PAREDES EXTERNAS:

- Executar remoção pintura externa danificada (50cm);
- Executar pintura externa texturizada com selador;

REFORMA ESQUADRIAS:

- Demolir porta metálica;
- Executar remoção pintura esquadrias existentes;
- Executar porta em veneziana, dimensão 120x210cm, Padrão GOINFRA PF04;
- Executar pintura esquadrias novas c/ fundo anticorrosivo e pintura esquadrias existentes;

FORRO/LAJE:

- Executar pintura da laje existente;

4.61. 61 BLOCO 11: serviços a serem executados na reforma deste bloco:**REFORMA COPA:**

- Demolir revestimento cerâmico existente - h=1,50;
- Executar revestimento cerâmico conforme memorial padrão;

LAVABOS:

- Demolir lastro, piso e revestimentos cerâmicos;
- Demolir lavatório sem coluna, vaso sanitários, válvula descarga, torneira e complementos;
- Executar lastro impermeabilizado e piso cerâmico - porcelanato acetinado cimento queimado 90x90;
- Executar soleira de granito preto são gabriel; - Executar impermeabilização áreas molhadas - faixa 1,0 m e revestimento cerâmico - porcelanato acetinado cimento queimado 90x90;
- Executar lavatório suspenso, torneira de pressão, vaso sanitário, válvula descarga e complementos;

- Executar instalação de exaustor de 150mm na esquadria existente;
- Executar espelho 40x80cm;

REFORMA ALVENARIAS:**a) PAREDES EXTERNAS:**

- Executar chapisco, reboco e pintura bloco e caixa d'água conforme memorial padrão;
- Na circulação: executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado conforme memorial padrão;

b) PAREDES INTERNAS:

- Demolir divisórias drywall com porta indicadas;
- Executar costura de trinca (tipo sela-trinca) nas junções entre alvenarias e estruturas de concreto;
- Executar fechamento em alvenaria para adequação das aberturas à dimensão das janelas propostas e dos trechos indicados;
- Executar verga nas aberturas com altura modificada;
- Executar divisórias internas em gesso acartonado comum com reforço para instalação ar condicionado (ver locação projeto elétrico);
- Executar chapisco, reboco, emassamento e pintura com barrado conforme memorial padrão - paredes de alvenaria;
- Executar emassamento e pintura com barrado conforme memorial padrão - paredes de gesso acartonado;
- Garantir a uniformidade das superfícies no cobrimento dos pilares e vigas;

REFORMA ESQUADRIAS:

- Demolir portas em madeira;
- Demolir todas esquadrias do bloco;
- Executar portas metálicas padrão PF01 - 85x210 cm, 90x210cm e 65x210cm, conforme indicado;
- Executar pintura metálica com fundo anticorrosivo;
- Executar novas janelas em vidro temperado incolor e estrutura branca, VER QUADRO DE ABERTURAS e indicações na planta;

REFORMA PISO:

- Demolir piso de cerâmica e bases de alvenaria indicadas existente e lastro;
- Executar novo lastro de concreto e piso granitina c/ rodapé h=7cm;
- Executar soleiras em piso granitina chanfradas - vencendo os desníveis;
- Executar raspagem e aplicação de resina;

4.62. 62 BLOCO 12: serviços a serem executados na reforma deste bloco:**ACESSIBILIDADE:**

- Demolir toda calçada de proteção indicada e rampa existente;
- Executar rampa de acesso inclinação 4%;
- Executar corrimão de parede;
- Executar calçada de proteção;
- Executar piso tátil ladrilho hidráulico e emborrachado alerta conforme indicado;

REFORMA ALVENARIAS:**a) PAREDES EXTERNAS:**

- Demolir casinha de gás e tanque;
- Demolir trechos de alvenarias indicados;
- Demolir revestimento cerâmico parede tanque;
- Executar remoção reboco danificado - faixa 50cm na fachada lateral conforme indicado;
- Executar remoção pintura externa;
- Executar reboco partes removidas e partes existentes no chapisco;
- Executar pintura externa texturizada com selador;
- Executar tanque e alvenarias de apoio;

b) PAREDES INTERNAS:

- Executar remoção pintura interna - sala;
- Executar emassamento parede sala e onde fizer necessário;
- Executar pintura interna acrílica conforme memorial padrão;

REFORMA ESQUADRIAS:

- Demolir janelas, grades de proteção e portas metálicas indicadas;
- Executar remoção total pintura esquadrias existentes;
- Executar janelas padrão GOINFRA - J18 - nas seguintes dimensões: 3,00x1,00 - 04 unidades; 1,60x1,00 - 02 unidades; 1,20x1,00 - 02 unidades;
- Executar porta metálica padrão goinfra PF-04 - 85X210cm; e PF05- 120x210cm;
- Executar pintura com fundo anticorrosivo esquadrias novas e pintura esquadrias existentes;

REFORMA PISO:

- Demolir piso de concreto desempenado - hall;
- Demolir lastro e piso cerâmico - sala;
- Demolir piso de ardósia, piso de concreto desempenado e lastro existente - circulação;
- Executar aterro, regularização e apiloamento efetuando o nivelamento de toda circulação;
- Executar lastro de concreto circulação e sala conforme indicado;
- Executar piso granitina e rodapé 7cm;
- Executar raspagem e aplicação de resina;

FORRO/LAJE:

- Demolir forro de paulista com estrutura - sala;

- Executar forro de gesso acartonado com estrutura e tabica - sala;
- Executar emassamento e pintura - onde for forro e laje;

REFORMA MURO:

- Demolir trecho muro e pilares - conforme indicado;
- Executar novo muro - padrão GOINFRA H=2,0m;
- Executar chapisco, reboco e pintura;

4.63. 63 BLOCO 13: serviços a serem executados na reforma deste bloco:

REFORMA SANITÁRIOS:

- Demolir lavatório sem coluna, vaso sanitário, válvula descarga, torneira e complementos;
- Demolir lastro, piso e revestimento cerâmico;
- Executar vaso sanitário, válvula descarga, lavatório sem coluna, torneira e complementos;
- Executar impermeabilização parede - h=1,0m;
- Executar lastro impermeabilizado, piso e revestimento cerâmico - conforme padrão memorial;
- Executar soleira de granito branco siena;
- Executar espelho 80x40cm;

REFORMA ALVENARIAS:

a) PAREDES INTERNAS:

- Demolir bancada de ardósia existente;
- Executar bancada h=74cm em granito branco siena 1,55x0,50 chumbada na parede;
- Executar chapisco, reboco, emassamento - Executar pintura interna com barrado conforme memorial;

b) PAREDES EXTERNAS:

- Executar chapisco, reboco e pintura conforme memorial;

REFORMA ESQUADRIAS:

- Demolir portas de madeira;
- Demolir todas esquadrias do bloco;
- Executar porta acesso (85x210cm - correr) e porta lavabo (65x210cm) - Padrão GOINFRA PF01;
- Executar janelas em vidro temperado incolor, estrutura branca, sendo: 180x116 e 130x116 janelas com 4folhas de correr e 0,60x0,60 - janela tipo máximo-ar;
- Executar novas grades de proteção- conforme indicado - padrão GOINGRA GP01; 2,0X1,36 e 1,50x1,36m;
- Executar pintura esquadrias c/ fundo anticorrosivo - portas e grades;

REFORMA PISO:

- Demolir lastro e piso de cimento queimado existente;
- Executar novo lastro, piso granitina com rodapé, raspagem e aplicação de resina;

FORRO/LAJE:

- Executar lixação de pintura da laje existente;
- Executar emassamento e pintura PVA;

4.64. 64 SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO - BLOCO MOTORISTAS:

- Executar limpeza e regularização do terreno - área de intervenção;

4. 65. 65 BLOCO MOTORISTAS:

- Executar implantação do bloco motoristas conforme projeto - ver quadro quantitativo;

4.66. Providenciar caçambas para retirada de entulho, restos de materiais da obra e descarte de algum material não mais utilizável ao longo da execução dos serviços contratados.

5. DO VALOR DOS SERVIÇOS

VALOR PROJETO BÁSICO:		R\$ 11.024.080,79 - ONERADA			
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO MATERIAL OU SERVIÇO				
01	Contratação de empresa de engenharia para execução de obra, conforme Projetos, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico-Financeiro, relacionados com os serviços discriminados:				
	ITENS RELACIONADOS EM PLANILHA.	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNIT (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
	SERVIÇOS PRELIMINARES		1		1.063.685,87
	TRANSPORTES		1		19.759,42
	SERVIÇO EM TERRA		1		130.436,55
	FUNDAÇÕES E SONDAGENS		1		256.659,91
	ESTRUTURA		1		288.250,34
	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		1		567.825,35
	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS		1		584.311,47
	INSTALAÇÕES ESPECIAIS		1		219.253,92
	ALVENARIAS E DIVISÓRIAS		1		248.087,46
	ALVENARIA AUTO-PORTANTE		1		0,00

	IMPERMEABILIZAÇÃO		1		32.985,84
	ISOLAMENTO TÉRMICO E ACÚSTICO		1		0,00
	ESTRUTURA DE MADEIRA		1		0,00
	ESTRUTURAS METÁLICAS		1		2.255.401,32
	COBERTURAS		1		799.646,48
	ESQUADRIAS DE MADEIRA		1		0,00
	ESQUADRIAS METÁLICAS		1		1.008.559,91
	VIDROS		1		8.083,37
	REVESTIMENTO DE PAREDE		1		551.405,85
	FORROS		1		120.508,13
	REVESTIMENTO DE PISO		1		1.211.118,28
	FERRAGENS		1		21.535,52
	MARCENARIA		1		99,88
	ADMINISTRAÇÃO		1		380.887,75
	PINTURA		1		548.397,23
	DIVERSOS		1		707.180,94
TOTAL:					11.024.080,79
PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA:					
SERVIÇO / DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA (100%)		
SUBESTAÇÃO	KVA	300,00	300,00		
SERVIÇO / DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA (50%)		
PISO DE GRANITINA	M2	3.461,39	1.730,70		
PISO DE CONCRETO DESEMPENADO	M2	3.607,35	1.803,68		

6. DA ESCOLHA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Para a obra de AMPLIAÇÃO E REFORMA da unidade escolar CONDOMÍNIO E SEDUC, foram elaboradas planilhas orçamentárias estimadas com as tabelas ONERADA e DESONERADA. Foram utilizados como referência os preços publicados pela GOINFRA e SINAPI ou aqueles constantes das composições de custos unitários elaboradas pela Secretaria de Estado da Educação. Após a elaboração das planilhas, verifica-se que a ONERADA é a mais vantajosa, conforme art. 3º da Lei Federal 8.666/93.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, na forma e prazos estabelecidos, inclusive referentes à saúde e segurança no trabalho, sujeitará a adimplida às penalidades constantes no art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assegurados os constitucionais do contraditório e da ampla defesa, ficando estipuladas as seguintes penalidades, além das demais previstas em norma pública (da qual não se pode alegar desconhecimento) e mencionadas no contrato:

7.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

7.2. Pelo atraso injustificado na execução do objeto da licitação, sem prejuízo das demais sanções regulamentares previstas, o contratado estará sujeito à aplicação de multa de mora, obedecendo os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

7.2.1 A multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas nesta Lei e no edital de licitação.

7.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Secretaria de Estado de Educação;

7.4. Os valores das multas de mora poderão ser descontados da Nota Fiscal, no momento do pagamento ou de créditos existentes na Secretaria de Estado de Educação em relação à Contratada, na forma da lei, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório;

7.5. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Secretário de Estado de Educação devidamente justificado;

7.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto da licitação, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

7.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADFOR, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

7.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis;

7.9. A sanção estabelecida no inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 é de competência exclusiva do Secretário de Estado de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;

7.10. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

8. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1. A garantia dos serviços será de 5 (cinco) anos, com início após o recebimento definitivo dos serviços. A garantia deverá cobrir todos os serviços que comprovarem defeitos ou problemas causados pela má execução dos mesmos;

8.2. Todos os serviços que compõem a descrição do objeto devem ser cobertos pela garantia da empresa CONTRATADA ou por Empresa autorizada da CONTRATADA.

8.3. Atender as solicitações para conserto e corrigir defeitos ou falhas apresentadas pelos serviços, em prazo não superior a 30 (trinta) dias consecutivos. Neste caso não acarretará ônus para a Contratante.

8.4. Todos os serviços devem estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar em perda parcial da garantia ou não realização da assistência técnica pelo próprio executor quando solicitada;

9. DO PRAZO DE ENTREGA

9.1. O contrato vigorará pelo prazo necessário à execução do objeto, vinculado ao Cronograma Físico-Financeiro, de forma que se inicia com a Ordem de Serviço, sendo que a paralisação formal da obra, determinada pela CONTRATANTE, suspende o prazo de execução, bem como o prazo de vigência contratual, que voltará a correr, pelo seu saldo remanescente, quando da retomada da obra.

9.2. A recusa do serviço por parte da CONTRATANTE em função de divergência com a proposta apresentada ou com os parâmetros definidos neste instrumento, não acarretará a suspensão do prazo de entrega do objeto, ficando a CONTRATADA obrigada a sua reparação no prazo estabelecido, sem qualquer ônus para SEDUC.

10. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. Concluída a obra, a contratada cientificará a contratante por meio de notificação entregue ao gestor do contrato mediante contra recibo, para a entrega e aceitação da obra.

10.2. O recebimento do objeto do presente contrato obedecerá ao disposto no art. 73, inciso I, “a” e “b”, Lei Federal n.º 8.666/93, e será procedido da seguinte forma:

10.2.1. Do Recebimento Provisório

a) Em até 15 (quinze) dias consecutivos após o recebimento da notificação mencionada neste contrato, ou o término do prazo de execução contratual, o gestor do contrato efetuará vistoria da obra, para fins de recebimento provisório.

b) Uma vez verificado o cumprimento de todas as condições contratuais, o gestor do contrato receberá a obra provisoriamente, lavrando o “Termo de Recebimento Provisório”, que será assinado pelas partes e encaminhado à autoridade contratante.

c) Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, o gestor do contrato lavrará relatório circunstanciado dirigido à autoridade contratante, que adotará as medidas cabíveis.

d) Caberá à contratada, uma vez notificada, sanar as irregularidades apontadas no relatório circunstanciado, submetendo os itens impugnados à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias.

e) O “Termo de Recebimento Provisório” deverá conter o documento conhecido como *as built*. Baseando-se no manual “Obras Públicas: Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas”, do Tribunal de Contas da União, ao final da construção da obra em questão, a SEDUC (por meio da Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras) deverá receber do CONTRATADO a documentação que retrate fielmente o que foi construído. Essa documentação é conhecida como *as built* – que significa “como construído” – e deve incluir todas as plantas, memoriais e especificações, com detalhes do que foi executado e quais insumos foram utilizados nessa execução. Ou seja, o contratado deverá entregar o *as built* da obra, a fim de subsidiar futuras intervenções a título de manutenção ou reformas. Os arquivos deverão ser entregues editáveis/originais (extensões: *.dwg*, *.docx*, *.xls*, entre outras) e não editáveis (extensões: *.pdf*, *.jpg*, entre outros) devidamente assinados pelos responsáveis.

10.2.2. Do Recebimento Definitivo

a) Após o recebimento provisório, a “Comissão de Recebimento Definitivo” a ser estabelecida pela SEDUC será encarregada de vistoriar a obra para verificar o cumprimento de todas as obrigações contratuais e técnicas e efetuar o recebimento definitivo em até 90 (noventa) dias corridos após o recebimento provisório da obra.

b) No caso do cumprimento total e adequado aos termos do contrato, a Comissão receberá a obra definitivamente, lavrando o “Termo de Recebimento Definitivo”, que será assinado pelas partes e encaminhado à autoridade contratante.

c) No caso da vistoria, constatar a ocorrência de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato, a comissão lavrará relatório de verificação circunstanciado, dirigido à autoridade contratante, no qual relatará o que houver constatado para corrigir ou refazer a obra, no todo ou em parte.

10.2.3. Das falhas e irregularidades apontadas

a) A SEDUC, à vista do relatório, deverá adotar uma das seguintes providências, independentemente da aplicação das sanções cabíveis:

b) Notificar a contratada para sanar as irregularidades constatadas, no prazo a ser determinado na notificação, ao término do qual se deve proceder à nova vistoria;

10.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas, incluindo todos os custos diretos e indiretos, tais como: impostos, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo.

11. DA FISCALIZAÇÃO E OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

11.1. Fiscalização e Recomendações Operacionais

11.1.1. Considerando o disposto nos artigos nº 51 a 54, Seção III, Capítulo VIII, da Lei Estadual nº 17.928/2012, a fiscalização e gerenciamento do contrato serão realizados por gestor e comissão de fiscais designados por meio de portaria do Ordenador de Despesas.

11.1.2. Os fiscais e o gestor do contrato não terão nenhum poder de mando, de gerência ou de controle sobre os empregados designados pela CONTRATADA para a execução dos serviços, objeto do presente instrumento, cabendo-lhes no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas à sua execução, comunicando à CONTRATADA, através do seu representante, as providências necessárias a sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

11.1.3. A partir do início da obra, os Projetos, as ART's ou RRT's do responsável pela Obra e o Diário de Obra deverão permanecer no canteiro. O Diário de Obra é destinado a registrar as ocorrências, naturais ou não, relevantes para o andamento dos serviços, cujas anotações deverão ser realizadas diariamente.

a) São anotações obrigatórias no Diário de Obra as condições do tempo, a descrição dos equipamentos incluídos ou retirados no canteiro, a movimentação ocorrida no quadro Todas de pessoal, o resumo dos serviços realizados e as ocorrências disciplinares.

b) as anotações serão feitas pelo responsável técnico e/ou pela fiscalização.

c) A cópia do Diário de Obra fará parte integrante da Prestação de Contas.

11.1.4. Somente será efetuado o pagamento da parcela contratual, se atestada pela fiscalização. A comprovação do pagamento se dará por emissão de Nota Fiscal, que será preenchida com destaque do valor de retenção de 11% do valor da mão-de-obra para a Previdência Social nas planilhas ONERADAS, ou, retenção de 3,5% para planilhas DESONERADAS, seguindo o que determina o Art. 7º, §6º, da Lei 12.546/2011.

11.1.5. A identificação da planilha de execução da obra (Onerada/Desonerada) poderá ser averiguada no Projeto Básico item 6. Caso a empresa comprove possuir benefícios de leis específicas para o recolhimento. Para efeito de retenção, o valor da mão-de-obra não será inferior a 50% do valor da fatura emitida pela CONTRATADA.

11.1.6. A possibilidade de **subcontratação parcial** do objeto licitado constitui decisão administrativa e/ou de cunho técnico. Por essa razão, pela natureza e as características do objeto a ser licitado, sempre que for julgado conveniente, devidamente justificado e aprovado pela CONTRATANTE, de acordo com o parecer da fiscalização, poderá a CONTRATADA, na execução do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, **subcontratar até 30% (trinta por cento) do valor da obra correspondente à parcelas completas da obra**, respondendo, entretanto, a CONTRATADA, perante a CONTRATANTE, pela execução dos serviços subcontratados. O licitante deverá anexar aos autos o(s) contrato(s) com o(s) subcontratado(s). O(s) subcontratado(s) deverá(ão) manter regularidade fiscal e trabalhista. Os serviços passíveis de subcontratação são:

- a) Sondagem do Terreno;
- b) Estrutura Metálica;
- c) Estrutura Lajes (Pré – Moldadas);
- d) Marcenaria;
- e) Central de Gás;
- f) SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas);
- g) Esquadrias Metálicas;
- h) Transporte de Entulho.

11.1.7. A SEDUC poderá, a qualquer tempo, fiscalizar a empresa contratada, quanto ao cumprimento das cláusulas e legislação vigente sobre saúde e segurança no trabalho.

11.1.8. Em conformidade com o art.45 da Lei estadual nº 17.928/2012, bem como o art. 40, inciso XI da Lei nº 8.666/93, o critério a ser utilizado para efeito de reajustamento dos contratos, deverá ser a data da apresentação do orçamento a que a proposta se referir, pois reduz os problemas advindos de orçamentos desatualizados em virtude dos transcorros de vários meses entre a data base de estimativa de custos e da abertura das propostas. Para efeito de cálculo, considerar 4(quatro) casas após a vírgula, utilizando os índices do INCC.

11.1.9. Seguindo o exposto no **Roteiro de Auditoria de Obras Públicas do TCU** e exposto no **Acórdão nº 1977/2013 TCU**, esta Obra, objeto da licitação, não se enquadra no regime de preço unitário, visto que os projetos elaborados e devidamente documentados favorecem a quantificação com precisão dos serviços relacionados no orçamento do objeto em questão. Portanto, deve-se manter o regime de Empreitada por **PREÇO GLOBAL**.

11.2. Obrigações do Contratante

11.2.1. Relacionar-se com a CONTRATADA através de seu preposto ou de seu representante legal;

11.2.2. Verificar se a CONTRATADA executa o objeto em conformidade com sua proposta e com os parâmetros de qualidade e desempenho definidos neste instrumento e nos demais documentos que o integram;

11.2.3. Conferir e efetuar aceite ou recusa dos serviços entregues pela CONTRATADA, caso não estiverem de acordo com o combinado;

11.2.4. Sobrestar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura sempre que houver obrigação contratual pendente de liquidação por parte da CONTRATADA, até a completa regularização;

11.2.5. A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento mediante emissão da nota fiscal, por parte da CONTRATADA, conforme contrato e a entrega dos serviços.

11.3. Obrigações da Contratada

11.3.1. A fiscalização exercida pela SEDUC não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei 8.666/93, com suas alterações);

11.3.2. Durante a execução do contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar: Cópia autenticada da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) vinculada à CEI, exceto quando houver dispensa pela Previdência Social, neste caso será vinculada ao CNPJ da CONTRATADA;

11.3.3. Para emissão da Ordem de Serviço, a **CONTRATADA** deverá apresentar:

a) Duas vias da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), de execução, com seu devido recolhimento perante os respectivos conselhos: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-GO) e Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-GO), sendo que uma via será anexada à Prestação de Contas e a outra será encaminhada à Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras da Superintendência de Infraestrutura da SEDUC;

b) Diário de Obras;

c) Cópia de matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI);

11.3.4. Por se tratar de contratação em regime de execução empreitada por preço global, não há possibilidade de formalização de termo aditivo visando eventuais acréscimos de serviço, salvo nos casos excepcionais e devidamente justificados, oriundos de alterações qualitativas, que não configurem falha do órgão gestor na elaboração do projeto ou desconhecimento por parte da CONTRATADA do local onde os serviços serão realizados, nos termos do § 3º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, e nos limites fixados no §2º do referido artigo.

11.3.5. A contratação de empresas pela SEDUC para serviços de REFORMAS, AMPLIAÇÕES E CONSTRUÇÕES deverá observar os requisitos contidos na Instrução Normativa nº007/2017-GAB-SEGPLAN, os quais constarão, obrigatoriamente, dos editais dos processos licitatórios e, quando for o caso, de todos os tipos de documentos contratuais. É obrigação do(a) Fiscal da Obra ou do(a) Servidor(a) Público(a) Responsável pela edificação jurisdicionada à SEDUC a exigência de:

I - Cópia atualizada do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) da empresa Contratada;

II - Cópias atualizadas dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os empregados da CONTRATADA, que irão trabalhar nas dependências da edificação jurisdicionada à SEDUC;

III - Cópia atualizada do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) da empresa contratada, quando houver menos de 20 trabalhadores na obra;

IV - Cópia atualizada do Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho (PCMAT) da empresa contratada, quando houver mais de 20 trabalhadores na obra;

V - Cópia das Ordens de Serviço Individual e Específica (elétrica, trabalho em altura e espaço confinado, quando for o caso) de todos os empregados da contratada que irão trabalhar nas dependências da edificação jurisdicionada à SEDUC;

VI - Cópias dos comprovantes (certificados ou outros) da realização dos treinamentos de segurança em conformidade com as Normas Reguladoras do MTE para os trabalhadores que desenvolverem atividades de alto risco, tais como: eletricidade (NR -10 Básico), máquinas e equipamentos (NR -12), trabalho em altura (NR 35) e outros;

VII - Cópias das fichas de registro da entrega dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI fornecidos aos empregados que irão trabalhar da edificação jurisdicionada à SEDUC;

§ 1º Os documentos aos quais se referem os incisos deste artigo devem ser fornecidos, no ato da assinatura contratual, ao(a) Fiscal da Obra ou ao(a) Servidor(a) Público(a) Responsável pela edificação jurisdicionada à SEDUC (contratante), que os encaminhará imediatamente ao:

- a) SESMT Público (Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho do Servidor Público), onde houver (Goiânia, Anápolis, Jataí e Quirinópolis), para validação em 5 (cinco) dias;
- b) Ou, onde não houver SESMT, os documentos deverão ser fornecidos ao(à) Fiscal da Obra ou ao(à) Servidor(a) Público(a) Responsável pela edificação jurisdicionada à SEDUC, para regularização e fiscalização em atendimento das exigências das Normas Regulamentadoras do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego;
- c) As cópias dos documentos de segurança e saúde no trabalho deverão permanecer na obra à disposição da fiscalização.

11.3.6 Ainda considerando o estabelecido no Art. 5º da Instrução Normativa 07/2017-GAB/SEGPLAN, a empresa Contratada comprometer-se-á com os seguintes itens, conforme as exigências legais:

I - Formar sua Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) ou Designado de CIPA conforme determinações da NR-5 da Portaria 3.214/78;

II - Fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) específicos aos riscos em perfeito estado de conservação e funcionamento, bem como, treinamento de uso adequado, guarda e conservação e registro/controlar de entrega dos mesmos, sendo o uso obrigatório por parte dos empregados em áreas/ atividades de risco dentro do que determina a NR-6, da Portaria 3.214/78 do MTE;

III - Registrar a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) na ocorrência de qualquer acidente com seus empregados nas dependências ou a serviço da edificação jurisdicionada à SEDUC (Contratante), bem como nos ocorridos nos trajetos;

IV - Treinar os seus empregados, em caso de identificação de riscos, após o início do contrato, para os quais os trabalhadores ainda não foram treinados, antes do início da execução das respectivas atividades, quanto aos riscos inerentes à função e quanto às medidas de controle existentes, em atendimento às Normas Regulamentadoras do MTE;

V - Responsabilizar-se pelo atendimento e encaminhamento do seu empregado acidentado;

VI - Providenciar as atualizações, anualmente ou sempre que necessárias, dos programas PPRA e PCMSO para as atividades / serviços contratados;

VII - Providenciar a elaboração das documentações exigidas para os trabalhos/ atividades de alto risco, tais como: trabalho em altura (NR 35), eletricidade (NR-10 Básico e SEP quando aplicável) máquinas e equipamentos (NR 12) e outros, conforme as Normas Regulamentadoras do MTE.

11.3.7. É de responsabilidade da empresa contratada apresentar ao(à) Fiscal da Obra ou ao(à) Servidor(a) Público(a) Responsável pela edificação jurisdicionada à SEDUC (contratante), cópias dos documentos mencionados neste Projeto Básico, em conformidade com a Instrução Normativa nº 007/2017-GAB/SEGPLAN, a contar da data do início das atividades.

11.3.8. O(a) Fiscal da Obra ou o(a) Servidor(a) Público(a) Responsável pela edificação jurisdicionada à SEDUC (contratante) poderá, a qualquer tempo, fiscalizar a empresa contratada, quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais e da legislação vigente sobre saúde e segurança no trabalho;

11.3.9. O descumprimento, a qualquer tempo, das cláusulas contratuais ou da legislação referente à saúde e segurança no trabalho, implicará na aplicação de advertência, multa e rescisão contratual, em caso de reincidência ou resistência, respondendo por omissão quanto à falta por não cumprir com as exigências de Segurança e Saúde do Trabalho de acordo com a Normas Regulamentadoras do MTE, com adoção das penalidades contratuais, especialmente caso ocorra acidente de trabalho.

Obs.: Para esclarecimentos de eventuais dúvidas a respeito deste, a empresa deverá entrar em contato com a Superintendência de Infraestrutura da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, localizada na Av. Quinta, , Quadra 71, nº 212 – Setor Leste Vila Nova – CEP: 74.643-030 – Goiânia – Goiás.

Atenção:

Os arquivos contendo os projetos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo estão disponíveis no site: www.educacao.go.gov.br

Jéssica Alves Bueno Sousa
Gerente de Projetos e Infraestrutura
Engenheira Civil – CREA nº 29288/V
Decreto 25/05/21 D.O. nº 7.587

Rodolfo de Oliveira Afonso
Superintendente de Infraestrutura



Documento assinado eletronicamente por **JESSICA ALVES BUENO SOUSA, Gerente**, em 13/12/2021, às 10:31, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **RODOLFO DE OLIVEIRA AFONSO, Superintendente**, em 13/12/2021, às 10:48, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

ANEXO II – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Concorrência Pública nº 002/2022

À Secretaria de Estado da Educação

Prezados Senhores,

___(nome da empresa)___, CNPJ/MF nº ___, sediada ___(endereço completo)___, tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente documentação e proposta para execução dos serviços nele referidos.

Desta forma DECLARAMOS na forma da Lei o que segue abaixo:

- Que o profissional detentor do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica apresentado(s) em nossa documentação para este edital, será, obrigatoriamente, o Responsável Técnico que acompanhará a execução da obra, conforme cronograma físico-financeiro e demais condições prevista nesta licitação;
- Que seu responsável técnico, vistoriou as dependências do local objeto de execução dos serviços, conforme Declaração de Vistoria assinada pelo mesmo, tomando ciência das dificuldades porventura existentes;
- Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- Que está de acordo e acata todas as condições previstas neste Edital, bem como às constantes do Termo de Sujeição do Edital, conforme Anexo III.

A documentação e proposta para esta licitação constituirão em um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Edital.

Localidade, aos dias de de 2022.

Carimbo, nome e assinatura do Responsável Legal da Empresa, com poderes para tal investidura

Obs.: A falta de alguma das informações deste anexo ensejará na INABILITAÇÃO da empresa.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

A ___(nome da empresa)_____ esta de acordo com o Edital da Concorrência Pública nº 002/2022 - SEDUC, e, DECLARA que:

01- Aceita as condições do presente Edital, das disposições técnicas, da minuta contratual, bem como de sujeição às condições fixadas pela Secretaria de Estado da Educação;

02 - Está ciente das condições da Licitação, que responderá pela veracidade das informações constantes da documentação e proposta que apresentar, e que fornecerá quaisquer informações e documentações complementares solicitadas pela Comissão de Licitação;

03 - Tem o conhecimento de todos os projetos e da descrição dos serviços e que as informações fornecidas são satisfatórias e corretas para a execução dos serviços dentro do prazo previsto no Edital;

04 - Executará a(s) obra(s) de acordo com os projetos e as especificações fornecidas pela Secretaria de Educação, às quais aloca todos os equipamentos, pessoal técnico especializado e materiais necessários, e que tomará todas as medidas para assegurar um controle adequado da qualidade e prevenir e mitigar o impacto sobre o meio ambiente, sobre os usuários e moradores vizinhos;

05 - Apresentará mensalmente à fiscalização relatório consubstanciado, com dados essenciais dos levantamentos e ensaios tecnológicos, para a avaliação da qualidade dos serviços executados em suas diversas fases;

06 - Se compromete a dispor, para emprego imediato, dos equipamentos necessários e relacionados no(s) projeto(s), e que os mesmos encontram-se em condições adequadas de utilização;

07 - A qualquer momento e por necessidade da(s) obra(s) fará a alocação de qualquer tipo de equipamento compatível com a natureza dos serviços a serem executados por solicitação da Secretaria de Educação, sem ônus de mobilização para esta, ainda que não previsto, em prazo compatível com a necessidade que motivou a solicitação;

08 - Se compromete a estar instalado e pronto para o início das obras no prazo compatível com o cronograma físico-financeiro, a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço;

09- Que executará a(s) obra(s) de acordo com o(s) prazo(s) estabelecido(s) no Edital;

10 - Que autoriza a Secretaria de Educação a proceder quaisquer diligências junto às instalações da empresa e sua contabilidade e a terceiros, os quais o licitante mantém transações comerciais.

11 - Que cumprimos todas as normas relativas à saúde e segurança no trabalho;

Localidade, aos dias de de 2022.

Assinatura do Responsável Legal da Empresa, com poderes para tal investidura.

Obs.: A falta de alguma das informações deste anexo ensejará na INABILITAÇÃO da empresa.

ANEXO IV – CARTA PROPOSTA

Concorrência Pública nº 002/2022
À Secretaria de Estado da Educação

Prezados Senhores,

_____(nome da empresa)____, CNPJ/MF n.º _____, sediada _____(endereço completo)____, tendo examinado o Edital, vem apresentar a nossa Proposta Comercial para execução na íntegra dos serviços motivo do objeto da presente licitação, cabendo esclarecer que:

Estamos cotando os serviços discriminados, conforme planilha de orçamento constante em nossa proposta, cujo preço é de R\$ _____(_____).

No preço proposto estão incluídas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, encargos sociais, ferramentas, seguro, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para execução completa dos serviços discriminados neste edital e seus Anexos.

Declaramos que executaremos os serviços obedecendo fielmente o que estabelece a planilha orçamentária, quantitativos, memorial descritivo, projetos e demais orientações constates do edital;

Declaramos que o prazo de validade da nossa proposta é de **120 (cento e vinte) dias** consecutivos, a contar da data de sua apresentação, ou seja, de sua abertura;

Declaramos que utilizaremos somente materiais e mão-de-obra de 1ª qualidade, e ainda que a variação de quantidades será de nossa inteira responsabilidade e que a garantia dos serviços será de 5 (cinco) anos.

Declaração do prazo de entrega dos serviços de acordo com o memorial descritivo e cronograma físico-financeiro constante deste edital.

O preço dos serviços constantes em nossa proposta são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

Localidade, aos _____ dias de _____ de 2022.

Concorrência Pública nº:	Data Abertura:	Hora:
Local:	Processo nº:	
Nome da Empresa:	Razão Social:	
Endereço da Empresa:	CNPJ nº:	
Telefone:	e-mail:	
Nome do Responsável Legal:	CPF:	
RG:	Órgão Exp.:	End.Residencial:
Telefone:	Fax:	Cel:
e-mail:		

Carimbo, nome e assinatura do responsável Legal da Empresa, com poderes para tal investidura.

Obs.: A falta de alguma das informações deste anexo ensejará na DESCLASSIFICAÇÃO da empresa.

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE VISTORIA DO LOCAL DA OBRA

Declaro para os devidos fins, que _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, do CPF nº _____ e CREA/CAU nº _____, **representante legal** da empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, tem pleno conhecimento do local e das cercanias onde serão executados os serviços, referente a Concorrência Pública nº 002/2022, Processo nº 2021.0000.606.3287.

(Local e data)

Representante Técnico Legal
(com carimbo da empresa)

Obs.: A falta de alguma das informações deste anexo ensejará na DESCLASSIFICAÇÃO da empresa.

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Concorrência Pública nº 002/2022

(Nome da empresa) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, através de representante legal, _____ (nome), _____ (qualificar) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador da RG nº _____, DECLARA, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que **não possui** em seus quadros de empregados e em seu corpo acionário cônjuge, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau com os servidores, detentores de cargo em comissão ou função de confiança na Secretaria de Estado da Educação, que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual.

Local e Data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

(Nome da empresa) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, através de representante legal, _____ (nome), _____ (qualificar) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador da RG nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que **atenderá as Normas Reguladoras da Portaria nº 3.214/78 do MTE**, aplicáveis às atividades objeto deste contrato, e, que tem condições de apresentar as documentações solicitadas na **Instrução Normativa nº 007/2017-GAB/SEGPLAN**, de 25/08/17, conforme item 11.3.5 do Anexo I – Projeto Básico.

Local e Data

Carimbo, nome e assinatura do responsável Legal da Empresa, com poderes para tal investidura.

Obs.: A falta de alguma das informações deste anexo ensejará na INABILITAÇÃO da empresa.

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE VINCULAÇÃO FUTURA

A empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que contratará o(s) profissional(is) para ser(em) responsável(is) técnico(s) da obra objeto da Concorrência Pública nº 002/2022, conforme perfil descrito no Anexo I – Informações Complementares, caso a empresa resulte vencedora desta licitação, apresentará o Contrato registrado no CREA no ato da assinatura do contrato com a SEDUC:

1) Engenheiro(a) Eletricista

Local e data.

(Nome – Identidade – CPF e assinatura do representante legal)

ANEXO IX – MINUTA CONTRATUAL

Contrato nº _____ / _____ que celebram o ESTADO DE GOIÁS, por meio da Secretaria da Educação e a EMPRESA _____, para os fins que especifica, sob as condições a seguir descritas:

O ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, representado neste ato pela Secretaria de Estado da Educação, com assento na Lei Complementar nº 164, de 07 de julho de 2021, **Profª APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada em Goiânia - GO, portadora da Carteira de Identidade nº 368625/SSP-RO, e, inscrita no CPF sob o nº 329.607.192-04, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____ pessoa jurídica de direito privado, sediada em _____, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº _____, neste ato representada, na forma de _____, por _____, nacionalidade _____, profissão _____, estado civil _____, residente e domiciliado em _____, portadora de Identidade nº _____, e CPF nº _____, doravante denominada apenas CONTRATADA, têm, entre si justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei Estadual nº 17.928/2012, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e, Lei Complementar nº 123, de 14 dezembro de 2006, com as alterações contidas na Lei Complementar nº 147/2014 de 07 de agosto de 2014, o contrato nº _____ Processo nº **2021.0000.606.3287, Concorrência Pública nº 002/2022 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, sob o regime de execução de empreitada por preço global, e, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente ajuste a **Reforma e Ampliação do Anexo 2, Condomínio e Centralizada da Secretaria de Estado da Educação, no município de Goiânia-GO**, conforme Projetos, Planilhas Orçamentária, Memorial Descritivo, e, Cronograma Físico-Financeiro, que integram o edital, independente de

transcrição.

ITENS RELACIONADOS EM PLANILHA

SERVIÇOS PRELIMINARES
TRANSPORTES
SERVIÇO EM TERRA
FUNDAÇÕES E SONDAGENS
ESTRUTURA
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS
INSTALAÇÕES ESPECIAIS
ALVENARIA E DIVISÓRIAS
ALVENARIA AUTO-PORTANTE
IMPERMEABILIZAÇÃO
ISOLAMENTO TÉRMICO E ACÚSTICO
ESTRUTURA DE MADEIRA
ESTRUTURAS METÁLICAS
COBERTURAS
ESQUADRIAS METÁLICAS
VIDROS
REVESTIMENTO DE PAREDES
FORROS
REVESTIMENTO PISO
FERRAGENS
MARCENARIA
ADMINISTRAÇÃO
PINTURA
DIVERSOS

1.2 A contratada deverá ter consignada em seu ato constitutivo a declaração que entre as atividades a serem desenvolvidas encontra-se o objeto por ela ganho nesta licitação.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**2.1. DA CONTRATANTE:**

2.1.1.1. Compete à Secretaria de Estado da Educação, por meio do Setor competente:

2.1.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, comunicando possíveis irregularidades ao setor competente;

2.1.1.3. Fiscalizar a qualidade dos serviços a serem executados e dos materiais a serem empregados.

2.1.1.4. Designar um servidor responsável pela fiscalização/execução do contrato devendo ser lotado no Setor responsável.

2.1.1.5. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus trabalhos dentro das normas do contrato.

2.1.1.6. A CONTRATANTE, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais.

2.1.1.7. Caberá à CONTRATANTE, através do Setor competente a emissão da Ordem de Serviços bem como a coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos objeto deste instrumento e, ainda, fornecer, à CONTRATADA, os dados e os elementos técnicos necessários à realização dos serviços licitados.

2.1.1.8. Poderá a CONTRATANTE, a seu critério, exigir a demolição para reconstrução de qualquer parte da obra, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE caso essa tenha sido executada com imperícia técnica comprovada, ou em desacordo com o Projeto, Normas e Especificações, e ainda, em desacordo com as determinações da fiscalização, nos termos do artigo 69, da Lei Federal nº 8.666/93.

2.1.1.9. A CONTRATANTE nos termos do art. 6, I, da lei Estadual 19.754/17, para fins de assinatura de contrato deverá efetuar a consulta ao CADIN Estadual devendo a Contratada não estar incluída no mesmo.

2.2 DA CONTRATADA:

2.2.1 Além de outras responsabilidades definidas neste contrato, no Edital, no Projeto Básico e demais anexos, a CONTRATADA obriga-se à:

2.2.1.1 Executar regularmente os serviços que se fizerem necessários para o perfeito desempenho do objeto desta contratação, em quantidade suficiente e de qualidade superior, podendo ser rejeitado pelo fiscal do contrato, quando não atender satisfatoriamente;

2.2.1.2 A CONTRATADA se obriga a executar as obras empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade, obedecendo, rigorosamente, aos projetos de engenharia que lhe forem fornecidos pela CONTRATANTE e às modificações propostas e aprovadas pela CONTRATANTE durante a execução dos serviços;

2.2.1.3 Responsabilizar-se pelo serviço ofertado e por todas as obrigações tributárias e sociais admitidas na execução do presente instrumento;

2.2.1.4 Responder pelos danos de qualquer natureza, que venha a sofrer o patrimônio da CONTRATANTE, em razão de ação ou omissão de prepostos da CONTRATADA, ou de quem em seu nome agir.

2.2.1.5 É vedado transferir ou ceder o objeto deste instrumento, ficando a CONTRATADA obrigada, perante a Secretaria de Estado da Educação, pelo exato cumprimento das obrigações descritas neste Contrato e respectiva licitação a que se refere.

2.2.1.6 A subcontratação parcial ficará limitada a 30% (trinta por cento) do total do contrato.

2.2.1.7 Os serviços passivos de subcontratação são:

- a) Sondagem do Terreno;
- b) Estrutura Metálica;
- c) Estrutura Lajes (Pré – Moldadas);
- d) Marcenaria;
- e) Central de Gás;
- f) SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas);
- g) Esquadrias Metálicas;
- h) Transporte de Entulho.

2.2.1.8 Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independente de justificação por parte desta, qualquer objeto que seja julgado insatisfatório à repartição ou ao interesse do serviço público;

2.2.1.9 Apresentar na assinatura do Contrato as certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

2.2.1.10 Em atendimento a Instrução Normativa nº 007/2017–GAB/SEGPLAN, a qual dispõe sobre os procedimentos e requisitos mínimos a serem seguidos nos contratos de terceirização dos serviços realizados pela Administração Pública Estadual, relacionado ao cumprimento das Normas Reguladoras de Segurança e Saúde no Trabalho, a empresa Contratada deverá fornecer ao Órgão Contratante:

- I - Cópia atualizada do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) da empresa Contratada;
- II - Cópias atualizadas dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os empregados da CONTRATADA, que irão trabalhar nas dependências da edificação jurisdicionada à SEDUC;
- III - Cópia atualizada do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) da empresa contratada, quando houver menos de 20 trabalhadores na obra;
- IV - Cópia atualizada do Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho (PCMAT) da empresa contratada, quando houver mais de 20 trabalhadores na obra;
- V - Cópia das Ordens de Serviço Individual e Específica (elétrica, trabalho em altura e espaço confinado, quando for o caso) de todos os empregados da contratada que irão trabalhar nas dependências da edificação jurisdicionada à SEDUC;
- VI - Cópias dos comprovantes (certificados ou outros) da realização dos treinamentos de segurança em conformidade com as Normas Reguladoras do MTE para os trabalhadores que desenvolverem atividades de alto risco, tais como: eletricidade (NR -10 Básico), máquinas e equipamentos (NR -12), trabalho em altura (NR 35) e outros;
- VII - Cópias das fichas de registro da entrega dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI fornecidos aos empregados que irão trabalhar da edificação jurisdicionada à SEDUC;

2.2.1.10.1 Os documentos aos quais se referem os incisos deste artigo devem ser fornecidos, **no ato da assinatura contratual**, ao contratante, que os encaminhará imediatamente ao seu Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho do Servidor Público (SESMT Público) para avaliação e validação por meio de parecer técnico, quanto ao atendimento das exigências das Normas Reguladoras do MTE, no prazo de até 05 (cinco) dias após o recebimento dos documentos.

2.2.1.10.2 Não havendo SESMT Público no Órgão contratante, os documentos a que se referem os incisos deste artigo devem ser encaminhados à Gerência de Qualidade de Vida Ocupacional- GQVAV da SEAD para avaliação e validação.

2.2.1.10.3 Os serviços contratados somente serão liberados, para início da execução pela contratante, mediante a apresentação de parecer favorável emitido pelo SESMT Público do Órgão contratante ou pelo Órgão Gestor da Política de Segurança e Saúde do Estado - GESPRES da SEGPLAN.

2.2.1.10.4 Ainda considerando o estabelecido no Art. 5º da Instrução Normativa 07/2017-GAB/SEGPLAN, a empresa Contratada comprometer-se-á com os seguintes itens, conforme as exigências legais:

- I - Formar sua Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) ou Designado de CIPA conforme determinações da NR-5 da Portaria 3.214/78;
- II - Fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) específicos aos riscos em perfeito estado de conservação e funcionamento, bem como, treinamento de uso adequado, guarda e conservação e registro/controle de entrega dos mesmos, sendo o uso obrigatório por parte dos empregados em áreas/ atividades de risco dentro do que determina a NR-6, da Portaria 3.214/78 do MTE;
- III - Registrar a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) na ocorrência de qualquer acidente com seus empregados nas dependências ou a serviço da edificação jurisdicionada à SEDUC (Contratante), bem como nos ocorridos nos trajetos;
- IV - Treinar os seus empregados, em caso de identificação de riscos, após o início do contrato, para os quais os trabalhadores ainda não foram treinados, antes do início da execução das respectivas atividades, quanto aos riscos inerentes à função e quanto às medidas de controle existentes, em atendimento às Normas Reguladoras do MTE;
- V - Responsabilizar-se pelo atendimento e encaminhamento do seu empregado acidentado;
- VI - Providenciar as atualizações, anualmente ou sempre que necessárias, dos programas PPRA e PCMSO para as atividades / serviços contratados;
- VII - Providenciar a elaboração das documentações exigidas para os trabalhos/ atividades de alto risco, tais como: trabalho em altura (NR 35), eletricidade (NR-10 Básico e SEP quando aplicável) máquinas e equipamentos (NR 12) e outros, conforme as Normas Reguladoras do MTE.

2.2.1.10.5 É de responsabilidade da empresa contratada, apresentar ao SESMT Público do Órgão Contratante ou, quando não houver, ao gestor do contrato, cópias dos documentos mencionados nos incisos deste artigo, no prazo máximo de 60 (dias) dias após o início da execução dos serviços contratados pelo Órgão e anualmente, a contar da data do início de vigência do contrato ou no prazo de 60 (sessenta dias) antes do final do contrato, caso seja inferior a um ano.

2.2.1.11 A CONTRATADA deverá manter preposto, com competência técnica e jurídica e aceito pela CONTRATANTE, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.

2.2.1.12 Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Ainda nos casos da obrigação ser cumprida por filial, a mesma deverá apresentar os documentos que comprovem sua regularidade, consoante previsão editalícia.

2.2.1.13 Manter "Equipe de Higiene e Segurança do Trabalho" de acordo com a legislação pertinente e aprovação da CONTRATANTE.

2.2.1.14 Ao término dos serviços, a CONTRATADA deverá proceder a limpeza do canteiro da obra.

2.2.1.15 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

2.2.1.16 A ação de fiscalização da CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

2.2.1.17 Emitir notas fiscais com a discriminação completa do objeto e a indicação do nº da Concorrência, Contrato e do Convênio Federal a que se referem, sob pena das mesmas não serem atestadas.

2.2.1.18 A CONTRATADA ficará obrigada acompanhar o andamento do processo, a emissão da Nota de Empenho, da Ordem de Serviço ou Fornecimento e, ainda, a retirada das respectivas vias das mesmas nos setores competentes desta Pasta, independente de notificação.

2.3 Os serviços serão realizados com rigorosa observância dos projetos e respectivos detalhes, bem como estrita obediência às prescrições e exigências das especificações da CONTRATANTE que serão considerados como parte integrante do presente contrato.

2.4 A contratada deverá, inicialmente, afixar no canteiro de serviços placas alusivas à obra, com dimensões, dizeres e símbolos a serem determinados pela CONTRATANTE.

2.5 Poderá a CONTRATANTE, ao seu critério, exigir a reconstrução de qualquer parte da obra, sem qualquer ônus para o mesmo caso essa tenha sido executada com imperícia técnica comprovada, ou em desacordo com as normas, especificações ou com as determinações da fiscalização, nos termos do art. 69, da Lei Federal nº 8.666/93.

2.6 Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para reposição imediata dos profissionais, nos casos de faltas, impedimentos, bem como, impedir que o empregado que cometer falta disciplinar ou cuja substituição tenha sido solicitada pela CONTRATANTE, seja mantido ou retorne a atividade nos imóveis desta.

2.7 A CONTRATADA é responsável pelo seguro de seu pessoal, sendo igualmente responsável pelo seguro de responsabilidade civil e danos contra terceiros.

2.8 O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato, conforme art. 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

2.9 A CONTRATADA é responsável pelo profissional habilitado na execução de serviços de modalidade elétrica, quando da "Instalação da Subestação", os serviços deverão ser executados por engenheiro eletricitista, engenheiro em eletrotécnica, engenheiro em eletrônica de acordo com as atribuições constante principalmente no Decreto n. 23.569/33; Decreto Federal n. 90.922/85, Resolução n. 218/73 e Resolução n. 1010/2005.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

3.1. DO PAGAMENTO:

3.1.1 Pelos serviços executados a contratada receberá da CONTRATANTE R\$...... (.....) que serão pagos de acordo com o cronograma físico-financeiro, a contar da certificação de que os serviços foram executados e aceitos, mediante a apresentação da Fatura devidamente atestada, contendo o número da Concorrência Pública, do contrato, a descrição individualizada dos serviços prestados com os respectivos valores unitário e total, bem como a apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, e, a Prova de Regularidade Fiscal, Trabalhista, Federal, Estadual e Municipal devidamente atualizadas, inclusive a do município onde os serviços serão prestados.

3.1.1.1 - O pagamento se dará por emissão de Nota Fiscal, que será preenchida com destaque do valor de retenção de 11% do valor da mão-de-obra para a Previdência Social nas planilhas ONERADAS, ou, retenção de 3,5% para planilhas DESONERADAS, seguindo o que determina o Art. 7º, §6º, da Lei 12.546/2011.

3.1.2 No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido poderá ser atualizado utilizando-se índices econômicos oficiais, de acordo com as normas legais e de mercado, INPC (Índice Nacional de preço ao consumidor, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, e na falta deste, será aplicado o IGPM (Índice Geral de Preços de mercado), da Fundação Getúlio Vargas, ou ainda, de conformidade com o índice específico eleito pelo Governo Federal que regula a variação de valor dos serviços, no período.

3.1.3. A Secretaria de Educação, pagará, à contratada, o valor dos serviços executados, baseado em medições mensais, sendo que as faturas deverão ser apresentadas com os seguintes documentos anexados:

3.1.3.1 Termo de Vistoria emitido pela fiscalização;

3.1.3.2 Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

3.1.3.3 Certidão Negativa de Débito do ISS, referente ao município onde as obras ou serviços venham a ser prestados ou executados.

3.1.3.4 Cópia da matrícula - CEI - Cadastro Específico Individual - da obra junto ao INSS;

3.1.3.5 Cópia da GPS - Guia da Previdência Social com o número do CEI da obra, devidamente recolhida e respectiva folha de pagamento;

3.1.3.6 Declaração Contábil – Afirmando que a Empresa está em situação regular e que os serviços referentes à fatura apresentada estão contabilizados.

3.1.3.7 Cópia do GFIP - Guia de recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social.

3.1.3.8 Demais certidões que atestem a regularidade fiscal da Contratada, na forma do item 5.8 do Edital.

3.1.3.9 Caso a participação no certame seja da matriz, com possibilidade de que a execução do objeto licitado seja por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal e trabalhista deverá ser de ambas.

3.2 Para o pagamento da 1ª medição, a CONTRATADA deverá, além dos documentos enumerados no item 3.1.3 e seus subitens, apresentar cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) referentes aos serviços contratados.

3.3 Os pagamentos serão efetuados até o 30º (trigésimo) dia após a data de apresentação da fatura, devidamente atestada por quem de direito, acompanhada dos documentos mencionados nos subitens 3.1.3.1 a 3.1.3.8, deste edital. Caso a fatura apresentada não esteja integralmente instruída, o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento será reiniciado a partir de sua reapresentação, obedecida a ordem cronológica de que trata o inciso IV do art. 2º do Decreto Estadual nº 9.561/2019, consistente em realização de obras.

3.4 DO REAJUSTAMENTO:

3.4.1 Para efeito de reajustamento, a periodicidade será de 01 (um) ano, contado da data base da tabela que deu origem ao orçamento conforme definido no item 14.8 do Edital.

3.4.2 Após o período de 01 (um) ano, as parcelas remanescentes serão reajustadas pelo Índice Nacional do Custo da Construção - OBRAS CIVIS obedecendo à seguinte fórmula;

$$M = V (I / I_0)$$

Onde:

M - Valor reajustado das parcelas remanescentes.

V - Valor inicial das parcelas remanescentes.

I - Índice referente ao mês que completa a periodicidade de um ano em relação a data base da tabela que deu origem ao orçamento.

I₀ - Índice referente ao mês da data base correspondente a data base da tabela que deu origem ao orçamento.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

4.1 Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes têm seu valor estimado em **RS** . A classificação destas despesas dar-se-á da seguinte forma:

Sequencial: 013		Dotação Orçamentária	
Descrição	Código	Denominação	
Unidade Orçamentária	2401	Gabinete do Secretário de Estado da Educação	
Função	12	Educação	
Subfunção	122	Administração Geral	
Programa	4200	Gestão e Manutenção	
Ação	4243	Gestão e Manutenção das Atividades	
Grupo de Despesa	04	Investimentos	
Fonte	100	Receitas Ordinárias	
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	

4.1.1 No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programas, ficando a CONTRATANTE obrigada a apresentar, no início de cada exercício a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho Complementar.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, DO PRAZO E DA PRORROGAÇÃO

5.1 O contrato vigorará pelo prazo necessário à execução do objeto, vinculado ao Cronograma Físico-Financeiro, de forma que se inicia com a Ordem de Serviço, sendo que a paralisação formal da obra, determinada pela CONTRATANTE, suspende o prazo de execução, bem como o prazo de vigência contratual, que voltará a correr, pelo seu saldo remanescente, quando da retomada da obra.

5.2 A CONTRATADA manterá, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3 PRORROGAÇÃO:

5.3.1 O presente instrumento poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, de acordo com a necessidade da contratante, a Lei Federal nº 8.666/93 e a legislação pertinente.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1 A fiscalização de todas as fases dos serviços será feita por Engenheiro designado pela CONTRATADA.

6.2 Caberá à contratada o fornecimento e manutenção de um DIÁRIO DE OBRA permanentemente disponível para lançamentos no local da obra, sendo que, a sua manutenção, aquisição e guardas são de inteira responsabilidade da licitante, a qual deverá obedecer ao artigo 4º § 4º; artigo 5º parágrafo único; artigo 8º inciso 1º, 2º e 3º da Resolução nº 1.024, de 21 de agosto de 2009, CONFEA.

6.3 As observações, dúvidas e questionamentos técnicos que porventura surgirem sobre a realização dos trabalhos da CONTRATADA, deverão ser anotados e assinados pela Fiscalização no Diário de Obra, e, aquela se obriga a dar ciência dessas anotações no próprio Livro, através de assinatura de seu Engenheiro RT.

6.4 Além das anotações obrigatórias sobre os serviços em andamento e os programados, a CONTRATADA deverá recorrer ao Diário de Obra, sempre que surgirem quaisquer improvisações, alterações técnicas ou serviços imprevistos decorrentes de acidentes, ou condições especiais.

6.4.1 Neste caso, também é imprescindível a assinatura de ambas as partes no livro, como formalidade de sua concordância ou discordância técnica com o fato relatado.

6.5 Serão obrigatoriamente registrados no "Diário de Obra":

6.5.1 PELA CONTRATADA:

6.5.1.1 As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;

6.5.1.2 As falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas à sua ingerência;

6.5.1.3 As consultas à fiscalização;

6.5.1.4 As datas de conclusão de etapas caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;

6.5.1.5 Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;

6.5.1.6 As respostas às interpelações da fiscalização;

6.5.1.7 A eventual escassez de material que resulte em dificuldades para a obra ou serviço;

6.5.1.8 Outros fatos que, ao juízo da CONTRATADA, devem ser objeto de registro;

6.5.2 PELA FISCALIZAÇÃO:

6.5.2.1 Atestado da veracidade dos registros previstos nos subitens 6.5.1.1 e 6.5.1.2;

6.5.2.2 Juízo formado sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista as especificações, prazo e cronograma;

6.5.2.3 Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da contratada no Diário de Ocorrências;

6.5.2.4 Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea para a autoridade superior;

6.5.2.5 Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA;

6.5.2.6 Determinação de providências para o cumprimento das especificações;

6.5.2.7 Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho de fiscalização.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO

7.1 Para a execução do contrato, o recebimento do seu objeto e a fiscalização será confiado ao setor competente da SEDUC;

7.2 A contratada só poderá executar os serviços se tiver uma autorização prévia por escrito da SEDUC

7.3 No início da obra, a CONTRATADA deverá apresentar o Diário de Obra com Termo de Abertura.

7.3.1 A cópia do "Diário de Obra" que comprove este acompanhamento pelo técnico vinculado à contratada em epígrafe, fará parte integrante da Prestação de Contas sob a pena de não proceder ao pagamento de parcelas, caso este não esteja em harmonia com o curso da obra.

7.4 Após o início da obra o Diário não poderá sair da Unidade Escolar sem autorização da SEDUC.

7.5 Após a verificação da qualidade dos serviços objeto deste edital, em conformidade com a especificação, o setor responsável estabelecerá aceitando-o e recebendo-o.

7.6 Poderá o CONTRATANTE, a seu critério exigir o refazimento de qualquer parte da reforma realizada pela contratada, sem qualquer ônus para o mesmo, caso essa tenha sido executada com imperícia técnica comprovada ou em desacordo com as normas, especificações ou com as determinações pré-estabelecidas no Projeto Básico e demais anexos ao edital, além do recomendado pela fiscalização, nos termos do art. 69 da Lei Federal nº 8666/93 e as normas da Lei nº 8.078/90.

7.7 Os serviços deverão ser executados conforme descrito no Memorial Descritivo/Especificações Técnicas e Cronograma Físico-Financeiro a contar da data emissão da ordem de serviço.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1 A garantia dos serviços será de 5 (cinco) anos, com início após o recebimento definitivo dos serviços. A garantia deverá cobrir todos os serviços que comprovarem defeitos ou problemas causados pela má execução dos mesmos.

8.2 Todos os serviços que compõem a descrição do objeto devem ser cobertos pela garantia da empresa CONTRATADA ou por Empresa autorizada da CONTRATADA.

8.3 Atender as solicitações para conserto e corrigir defeitos ou falhas apresentados pelos serviços, em prazo não superior a 30 (trinta) dias consecutivos. Neste caso não acarretará ônus para a Contratante.

8.4 Todos os serviços devem estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar em perda parcial da garantia ou não realização da assistência técnica pelo próprio executor quando solicitada.

9. CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1 Por ocasião da celebração do contrato, a contratada deverá apresentar no prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos, após a convocação para assinatura do contrato, a Garantia Contratual nos termos abaixo:

9.1.1 Garantia de 5% (cinco por cento) em uma das seguintes modalidades:

9.1.2 Caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública:

9.1.2.1 Quando o licitante optar pela caução em dinheiro, deverá se dirigir a uma agência bancária autorizada pelo Banco Central do Brasil e solicitar a abertura de uma conta-caução, onde o mesmo será o titular e caucionário, tendo como beneficiário a Secretaria de Educação, de acordo com a Circular Normativa Permanente SC66. Para abertura da conta, será exigido do licitante:

- a. – Edital que comprove a exigência do depósito;
- b. – Identificação da entidade beneficiária e da empresa caucionária;
- c. – Valor a ser depositado;
- d. – Procuração, se for o caso.

9.2 Os Títulos da Dívida Pública devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, conforme art.56 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, com redação que lhe foi dada pela Lei nº. 11.079/2004.

9.3 Seguro-garantia; ou,

9.4 Fiança Bancária.

e.1) Em se tratando da modalidade fiança bancária, do respectivo instrumento de carta-fiança constará às seguintes disposições, sob pena de ser rejeitada pela Administração:

e.2) O Banco fiador deve renunciar expressamente ao benefício de ordem previsto no art. 827 do Código Civil;

e.3) Banco fiador deve se obrigar, até o limite do valor da fiança, a atender dentro de 24 horas as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pela Secretaria de Educação, sem qualquer reclamação, retenção ou ainda embargo ou interposição de recurso administrativo ou judicial com respeito à SEDUC;

e.4) O Banco fiador deve se obrigar pelo pagamento de despesas judiciais na hipótese de ser esta Secretaria compelida a ingressar em juízo para demandar o cumprimento de qualquer obrigação assumida por nossa afiançada;

e.5) A fiança somente será retratável na hipótese de a afiançada depositar ou pagar o valor da caução garantida pela presente Carta de Fiança Bancária ou por nova carta de fiança, que seja aceita por esta Secretaria;

e.6) O termo final de vigência da carta fiança será pelo menos 60(sessenta) dias após a lavratura do termo de recebimento definitivo da obra

9.5 Em se tratando da modalidade Seguro-garantia, a apólice de seguro deverá estar anexada ao comprovante de pagamento do prêmio.

9.6 Toda garantia prestada pela licitante vencedora, somente poderá ser levantada após a execução do contrato, e quando em dinheiro atualizada monetariamente;

9.7 A fiança bancária formalizar-se-á mediante carta de fiança, fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.8 Toda garantia prestada pela CONTRATADA:

9.8.1 Somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro atualizada monetariamente;

9.9 A garantia apresentada pela licitante vencedora deverá estar de acordo com a disciplina da Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. De acordo com tal diploma, somente podem desenvolver regularmente atividades no território nacional as

instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

9.10 Poderá, a critério da Administração, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

9.11 Ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

9.12 Será liberada pela Contratante após a extinção do contrato, mediante pedido escrito formulado pela Contratada.

9.13 Sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injusta em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E. (Nota de Empenho) emitida.

9.14 A garantia será levantada após 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data do recebimento definitivo da obra, mediante comprovação de quitação para com o FGTS e INSS, das obras contratadas.

9.15 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, serão devolvidos a caução inicial e seus reforços.

9.16 No caso das rescisões de que tratam os incisos I a XI, do citado artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, a caução e seus reforços não serão devolvidos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10.1 Por se tratar de contratação em regime de execução empreitada por preço global, não há possibilidade de formalização de termo aditivo visando eventuais acréscimos de serviços, salvo nos casos excepcionais e devidamente justificados, oriundos de alterações qualitativas, que não configurem falha do órgão gestor na elaboração do projeto ou desconhecimento por parte da CONTRATADA do local onde os serviços serão realizados, nos termos do §3º do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, e nos limites fixados no §2º do referido artigo.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

11.1.1. Por mútuo interesse e acordo das partes atendida a conveniência da Secretaria de Estado de Educação, mediante autorização expressa e fundamentada da autoridade competente, tendo a contratada direito de receber o valor dos serviços executados, constante de medição rescisória;

11.1.2. Unilateralmente pela SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO sem pagamento de qualquer indenização independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial se os serviços revelarem má qualidade, má conduta ou perdurar continuada indisponibilidade dos serviços;

11.1.3. Unilateralmente pela SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO sem pagamento de qualquer indenização e independente de interpelação judicial ou extrajudicial, se for decretada concordata ou falência da licitante contratada;

11.1.4. Proposto pela licitante vencedora, ocorrendo atraso no pagamento de fatura, por prazo superior a 90 (noventa) dias, exigível a formalização de aviso prévio de 30 (trinta) dias;

11.1.5. Não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

11.1.6. Cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.

11.1.7. A lentidão do seu cumprimento, levando a Secretaria de Estado de Educação a comprovar a impossibilidade de conclusão da obra no prazo estipulado.

11.1.8. O atraso injustificado no início da obra.

11.1.9. A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à SEDUC

11.1.10. O desatendimento às determinações regulares dos Engenheiros Fiscais.

11.1.11. O cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, devidamente consignada no Diário de Obra.

11.1.12. A alteração Social ou modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, que prejudique a execução do contrato.

11.1.13. Os casos de rescisão unilateral, nos termos do inciso I do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93, acarretarão as consequências previstas no art. 80 da mesma lei, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste contrato.

11.1.14. O contrato poderá também ser rescindido, sendo devido à contratada a devolução da garantia, se houver; os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; e o ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, desde que não tenha concorrido com culpa direta ou indireta, nos seguintes casos:

11.1.14.1. Quando a Secretaria de Estado de Educação suprimir os serviços além dos limites legais do valor inicial do contrato.

11.1.14.2. Quando a Secretaria de Estado da Educação mediante ordem escrita, suspender a execução do contrato, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, sendo facultado à contratada optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

11.1.14.3. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

11.1.14.4. A não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

11.1.14.5. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

11.1.14.6. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11.2. Em caso de rescisão administrativa, estarão assegurados os direitos da Administração nos termos do art. 55, IX, da Lei Federal nº 8.666/93, prevista no art. 77 da mesma lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

12.2 O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, na forma e prazos estabelecidos, inclusive referentes à saúde e segurança no trabalho, sujeitará a adimplida às penalidades constantes no art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assegurados os constitucionalíssimos do contraditório e da ampla defesa, ficando estipuladas as seguintes penalidades, além das demais previstas em norma pública (da qual não se pode alegar desconhecimento) e mencionadas no contrato:

12.2.1 Advertência;

12.2.2 Multa;

12.2.3 Suspensão temporária de participar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei, perante a autoridade competente que aplicou a sanção

12.3 Pelo atraso injustificado na execução do objeto da licitação, sem prejuízo das demais sanções regulamentares previstas, o contratado estará sujeito à aplicação de multa de mora, obedecendo os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

12.3.1 A multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas nesta Lei e neste Contrato.

12.4 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Secretaria de Estado de Educação.

12.5 Os valores das multas de mora poderão ser descontadas da Nota Fiscal, no momento do pagamento ou de créditos existentes na Secretaria de Estado de Educação em relação à Contratada, na forma da lei, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

12.6 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Secretário de Estado de Educação devidamente justificado.

12.7 Pela inexecução total ou parcial do objeto da licitação, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADFOR, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

12.9 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

12.10 A sanção estabelecida no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 é de competência exclusiva do Secretário de Estado de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

12.11 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1 O recebimento dos serviços será feito pela CONTRATANTE, ao término das obras, após verificação da sua perfeita execução, da seguinte forma:

13.1.1 Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da contratada.

13.1.2 Definitivamente, em até 90 (noventa) dias corridos, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93. Na hipótese de ocorrência das situações previstas no art. 69, será contado novo prazo, após os ajustes necessários.

13.1.3 Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, o gestor do contrato lavrará relatório circunstanciado dirigido à autoridade contratante, que adotará as medidas cabíveis.

13.1.4 Caberá à contratada, uma vez notificada, sanar as irregularidades apontadas no relatório circunstanciado, submetendo os itens impugnados à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias.

13.1.5 O “Termo de Recebimento Provisório” deverá conter o documento conhecido como **as built**. Baseando-se no manual “Obras Públicas: Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas”, do Tribunal de Contas da União, ao final da construção da obra em questão, a SEDUC (por meio da Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras) receberá do CONTRATADO a documentação que retrate fielmente o que foi construído. Essa documentação é conhecida como **as built** – que significa “como construído” – e deve incluir todas as plantas, memoriais e especificações, com detalhes do que foi executado e quais insumos foram utilizados nessa execução. Ou seja, o contratado deverá entregar o **as built da obra**, a fim de subsidiar futuras intervenções a título de manutenção ou reformas. Os arquivos deverão ser entregues editáveis/originais (extensões: .dwg, .docx, .xls, entre outras) e não editáveis (extensões: .pdf, .jpg, entre outros) devidamente assinados pelos responsáveis.

13.2 Definitivamente, em até 90 (noventa) dias corridos, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93. Na hipótese de ocorrência das situações previstas no art. 69, será contado novo prazo, após os ajustes necessários.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

14.1 As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, chamamento público ou procedimento congênere, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

15.1 Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente desta licitação, chamamento público ou procedimento congênere, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos, consoante instrumento em Anexo.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

16.1 O Programa de Integridade, criado pela Lei Estadual nº. 20.489/2019, deve ser implantado pela contratada e consistirá no conjunto de mecanismos e procedimentos internos e integridade, auditoria, controle e incentivo à denúncia de irregularidade e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública do Estado de Goiás.

16.2 O Programa de Integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica, a qual, por sua vez, deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir a sua efetividade.

16.3 O Programa de Integridade será avaliado, quanto a sua existência e aplicação, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independente de cargo ou função exercidos;

II - treinamentos periódicos sobre Programa de Integridade;

III - análise periódica de riscos para realização e adaptações necessárias ao Programa de Integridade;

IV - registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;

V - controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras de pessoa jurídica;

VI - procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como o pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;

VII - independência, estrutura e autoridade da instância responsável pela aplicação do Programa de Integridade e fiscalização de seu cumprimento;

VIII - canais de denúncia de irresponsabilidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciante de boa-fé;

IX - medidas disciplinares em caso de violação do Programa de Integridade;

X - procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidade ou infração detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

XI - ações comprovadas de promoção da cultura ética e de integridade por meio de palestras, seminários, workshops, debates e eventos da mesma natureza.

16.4 Para que o Programa de Integridade seja avaliado, a pessoa jurídica deverá apresentar relatório do perfil e relatório de conformidade do Programa ao poder público.

16.5 A pessoa jurídica deverá expor suas alegações, devendo zelar pela completude, clareza e organização das informações prestadas.

16.6 A comprovação deve abranger documentos oficiais, correios eletrônicos, cartas, declarações, correspondências, memorandos, atas de reunião, relatórios, manuais, imagens capturadas da tela do computador, gravações audiovisuais e sonoras, fotografias, ordem de compra, notas fiscais, registros contábeis ou outros documentos, preferencialmente em meio digital.

16.7 A autoridade responsável poderá realizar entrevistas e solicitar novos documentos para fins de avaliação de que trata o caput deste artigo.

§ 4º O Programa de Integridade meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, não será considerado para fim de cumprimento desta Lei.

16.8 Pelo o descumprimento da exigência prevista nesta Lei, a administração pública do Estado de Goiás, em cada esfera do Poder, aplicará à empresa contratada multa de 0,1% (um décimo por cento), por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato.

16.9 O montante correspondente à soma dos valores básicos da multa moratória será limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

16.10 O cumprimento da exigência estabelecida nesta Lei, mediante atestado da autoridade pública da existência e aplicação do Programa de Integridade, fará cessar a aplicação da multa.

16.11 O cumprimento extemporâneo da exigência da implantação não implicará indêbito da multa aplicada.

16.12 A multa definida no caput não exclui a incidência e a exigibilidade do cumprimento das obrigações fiscais no âmbito do Estado de Goiás.

16.13 O não cumprimento da obrigação implicará a inscrição da multa em dívida ativa da pessoa jurídica sancionadora e justa causa para rescisão contratual, com incidência cumulativa de cláusula penal, e impossibilidade de contratação da empresa com administração pública do Estado de Goiás, de qualquer esfera do Poder, pelo período de 02 (dois) anos ou até efetiva comprovação de implantação e aplicação do Programa de Integridade.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REGISTRO

17.1 O contrato deverá ser registrado no CREA, de acordo com o que determina a Lei nº 5.194, de 14/12/66 e Resolução nº 425, de 18/12/1998, do CONFEA.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 A CONTRATADA garantirá a solidez e a segurança do trabalho realizado, bem como os materiais utilizados na obra pelo período de 5 (cinco) anos, a partir do recebimento da obra pelo Setor Competente desta Pasta.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1 O presente instrumento deverá ser publicado, por extrato, na imprensa oficial, dentro do prazo previsto no artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LICITAÇÃO

20.1 Este contrato foi objeto de licitação, de acordo com o art. 22 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme edital Concorrência Pública nº 002/2022 do Processo nº 2021.0000.606.3287.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1 O foro para dirimir quaisquer questões oriundas da execução do presente Contrato é o da Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, excluindo qualquer outro.

21.2 A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-á pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do artigo 54 e 55, inciso XII, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, na presença de (02) duas testemunhas.

GABINETE DO SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em Goiânia, aos ____ dias do mês de _____ de 2022.

APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA

Secretária de Estado da Educação

CONTRATADA: _____

TESTEMUNHAS:

1 _____

Nome:

CPF:

2 _____

Nome:

CPF:

ANEXO I**DA CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL**

1) Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).

2) A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

3) A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

4) O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.

5) A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

6) Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (incluso o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

7) A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

8) As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em Goiânia, _____ do mês de _____ de 20 _____.

CONTRATANTE:

APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA

Secretária de Estado da Educação

Goiânia, 28 de dezembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA BATISTA LAGO**, Gerente, em 28/12/2021, às 09:44, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000026304250** e o código CRC **7CDD3A5**.

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
QUINTA AVENIDA, QD. 71, Nº 212 - SETOR LESTE VILA NOVA - CEP 74.643-030 - GOIÂNIA - GO.



Referência: Processo nº 202100006063287



SEI 000026304250